

ESCOLA DE GUERRA NAVAL

CF NDONGO ETAME EKAMBA HERMANN CONRAD JUNIOR

CONFLITO DE FRONTEIRA CAMARÕES-NIGÉRIA NA PENÍNSULA DE BAKASSI:
Maldição do Petróleo ou Efeitos Coloniais

Rio de Janeiro

2022

ESCOLA DE GUERRA NAVAL

CF NDONGO ETAME EKAMBA HERMANN CONRAD JUNIOR

CONFLITO DE FRONTEIRA CAMARÕES-NIGÉRIA NA PENÍNSULA DE BAKASSI:
Maldição do Petróleo ou Efeitos Coloniais

Rio de Janeiro

2022

CF NDONGO ETAME EKAMBA HERMANN CONRAD JUNIOR

CONFLITO NA FRONTEIRA CAMARÕES-NIGÉRIA NA PENÍNSULA DE BAKASSI:
Maldição do Petróleo ou Efeitos Coloniais

Dissertação apresentada à Escola de Guerra Naval, como requisito parcial para a conclusão do Curso de Estado-Maior para Oficiais Superiores.

Orientador: CF Renato da Fonseca Lacerda Batista

Rio de Janeiro
Escola de Guerra Naval
2022

AGRADECIMENTOS

Agradeço, inicialmente, a Deus pelo dom da vida, por sua bondade e misericórdia, por sempre ter iluminado meu caminho e por ter me dado saúde e força nos momentos de dificuldades. Aos meus pais por ter contribuído, desde minha tenra infância, com a minha formação intelectual e de caráter. À minha família, em especial, minha esposa Mboul Ellobe Edithe Florence e nossas crianças, agradeço-lhos pelos nos momentos prazerosos e nos momentos de dificuldade, apoio, motivação e suporte necessários, para que este trabalho pudesse ser feito. Aos meus amigos e minhas amigas, pela contribuição na elaboração e revisão desta dissertação e, principalmente, pelo companheirismo durante todo o curso. Ao meu orientador, o CF Renato da Fonseca Lacerda Batista , que, com sua serenidade e camaradagem, aconselhou-me durante a realização deste trabalho. Aos instrutores e oficiais-alunos do Curso de Estado-Maior para Oficiais Superiores 2022, por compartilharem seus conhecimentos e pelo companheirismo durante esta jornada.

RESUMO

Os conflitos por matérias-primas sempre foram frequentes desde o início da revolução industrial. Hoje, o petróleo (incluindo o gás natural) responde por mais de 90 desses recursos. Além disso, operar indústrias, fábricas e até mesmo movimentar-se requer cada vez mais energia. A energia é, portanto, o primeiro fator de desenvolvimento de um país. O que explica porque rapidamente se tornou uma das principais causas de conflito no mundo. Dessa forma, Michael Ross e Phillipe le Billon desenvolveram o conceito de “Maldição”. Trata-se de um termo que busca expressar o impacto que o petróleo tem nos países ricos neste recurso, incitando-os a conflitos, movimentos secessionistas, desenvolvimento de atos de corrupção e uma governança autoritária. Tudo isso será visto no estudo de caso do conflito do Bakassi. As causas deste conflito mostram, que além do petróleo e sua “maldição” ser a causa mais direta, há também, mas de forma mais indireta e mais distante, o impacto da França em Camarões e do Reino Unido na Nigéria que deixou vestígios que continuam a afetar esses dois países hoje.

Palavras-chave: Maldição do Petróleo. Península do Bakassi. Colonização.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

50

51

51

52

52

53

53

54

54

55

56

57

58

59

Figura 15: - Zona do Bakassi (Mapa do *US Army*)60

61

LISTA DE TABELAS

T62

Tabela 2: - Petróleo e Gás produzido per capita em 2009 63

Tabela 3: - 63etróleo e Gás produzido per capita em 2009 (2)64

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

AEF	- África Equatorial Francesa
AOF	- Africa Ocidental Francesa
BAMOSD	- <i>Bakassi Movement for Self-Determination</i>
CIJ	- Corte Internacional de Justiça
DPR	- <i>Department of Petroleum Resource</i>
FCPA	- <i>Foreign Corrupt Practices Act</i>
FIDES	- <i>Fonds d'Investissement pour le Développement Économique et Social</i>
FLN	- Frente de Libertação Nacional
FMI	- Fundo Monetário Internacional
LGA	- <i>Local Government Area</i>
MEND	- <i>Movement for the Emancipation of the Niger Delta</i>
NAPIMS	- <i>National Petroleum Investment Management Services</i>
NCNC	- <i>National Council of Nigeria and the Cameroons</i>
NNPC	- <i>Nigerian National Petroleum Corporation</i>
ONU	- Organização das Nações Unidas
PIB	- Produto Interno Bruto
PSC	- <i>Production Sharing Contract</i>
RNB	- Renda Nacional Bruta
SAP	- <i>Structural Adjustment Programmes</i>
SDN	- <i>Société Des Nations</i>
UPC	- União das Populações de Camarões

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	8
2	AS CAUSAS DO CONFLITO	11
2.1	CRONOLOGIA DOS EVENTOS	11
2.2	AS CAUSAS REMOTAS	14
2.3	AS CAUSAS DIRETAS.....	17
3	O CONCEITO DA “MALDIÇÃO DO PETRÓLEO”	19
4	“MALDIÇÃO DO PETRÓLEO” E O CONFLITO DO BAKASSI.....	23
4.1	UM POUCO DE HISTÓRIA.....	23
4.1.1	Era pré-colonial.....	23
4.1.2	Era colonial.....	24
4.1.3	Era pós-colonial.....	27
4.1.4	Análise baseada em fatos históricos	30
4.2	A PROPENSÃO DOS FUNCIONÁRIOS PÚBLICOS À CORRUPÇÃO	31
4.3	MOVIMENTOS SEPARATISTAS	39
4.4	IMPACTO DA CRISE ECONÓMICA	41
4.5	O AUTORITARISMO DOS LÍDERES	43
5	CONSIDERAÇÕES FINAIS	45
	REFERÊNCIAS.....	47
	ANEXOS	50

1 INTRODUÇÃO

Um dos paradoxos trágicos da riqueza proveniente do petróleo é a miséria que pode advir de sua existência, por mais contraditório que isso possa parecer. Muitos países ricos em petróleo enfrentam choques e distorções econômicas significativas, problemas com governança autoritária e sofrem com conflitos armados. Além disso, os indicadores sociais e o desempenho econômico desses países produtores de petróleo são frequentemente inferiores ao esperado pelo seu nível de rendimento e dotação de recursos¹. Essas são as palavras usadas por Gavin Bridge e Phillippe Billon para explicar o conceito da “maldição do petróleo”. Em primeiro lugar, para nos ajudar a entender essa ideia, devemos ilustrá-la com um caso em um contexto africano.

A África sempre foi um desejo das grandes potências, e isso, desde a época dos grandes descobrimentos no século XV, passando pela revolução industrial (no século XVIII) até os dias atuais, com a presença dos portugueses, franceses, ingleses, belgas, e hoje os Estados Unidos da América (EUA), China e Rússia. A presença das grandes potências sempre foi movida por diversas motivações, como o desejo de controlar e explorar matérias-primas para abastecer as plantas de processamento de suas indústrias e negócios e, assim, apoiar o desenvolvimento de suas economias. No entanto, na grande maioria dos casos, nos países africanos, a exploração de matérias-primas sempre foi fonte de “Maldição” a ponto de gerar conflitos internos ou entre Estados. É o caso do petróleo, que, embora seja um recurso muito cobiçado, causa muitos conflitos em todo o mundo e mais ainda na África. Tanto Camarões quanto a Nigéria pagaram um alto preço pelo controle desse recurso.

1 Oil, GAVIN BRIDGE AND PHILIPPE LE BIIION, Chapter 6, Developing through Oil

O desejo de uma compreensão mais profunda da correlação entre o petróleo e essa situação de conflito nos leva a estudar o conflito fronteiriço ocorrido entre esses dois² países. Nesse conflito o objetivo era o controle da península de Bakassi, no Sudoeste do Camarões. Antes de destacar nosso problema, seria interessante levar o leitor a ter uma visão geral da zona de conflito. A Península de Bakassi é uma porção de terra entre as latitudes 4° 25' e 5° 10'N e longitudes 8° 20' e 9° 08'E (avaliar no google map). Está situada entre o Sudoeste de Camarões e o estado nigeriano de Cross River, ao norte da Baía de Biafra e no coração do estuário do Rio Del Rey. Este território de 665 quilômetros quadrados se estende por 65 km (google map) ao longo do rio Akwayafé e do Monte Camarões. Bakassi é, na verdade, composto por quatro faixas principais de terra³, subdivididas em numerosas ilhas cercadas por enseadas. A área, principalmente coberta por manguezais, está idealmente localizada para controlar o transporte marítimo no Golfo da Guiné. Sua população é estimada em 150.000 a 300.000⁴ pessoas. Devido à sua localização no extremo leste do Golfo da Guiné, observa-se ali o encontro da corrente quente da Guiné que flui para o leste⁵ a corrente fria de Benguela que flui para o norte⁶. Essas duas correntes interagem para favorecer a existência de cardumes subaquáticos ricos em peixes, camarões e uma grande variedade de outras formas de vida marinha. Isso torna Bakassi uma região de pesca muito fértil, comparável apenas à Terra Nova na América do Norte e na Escandinávia na Europa Ocidental. A maioria de sua população vive da pesca, o que a torna a atividade primordial para sua subsistência. Mas a península é comumente descrita como "rica em petróleo",

2 Why Nations Fight: The Causes of the Nigeria–Cameroon Bakassi Peninsula Conflict
<http://dx.doi.org/10.1080/19392206.2016.1132904>

3 Pélican, Fiari, Erong e Bakassi

⁴ <https://www.pinesmap-bpce.org/fr/bakassi.html#:~:text=La%20population%20est%20estim%C3%A9e%20entre,surface%20d'enviro n%20665%20km%C2%B2.>

5 chamada Aya Efiat em Efik

6 chamada Aya Ubenekang em Efik

embora na realidade nenhum depósito de petróleo comercialmente viável tenha sido descoberto até 2012, bem depois do conflito. Assim, a região atraiu um interesse considerável de empresas petrolíferas à luz da descoberta de ricas reservas de petróleo bruto de alta qualidade na vizinha Nigéria. Dessa forma, muito pouca exploração de petróleo foi suficientemente realizada perto de Bakassi. As receitas do petróleo, cuja distribuição foi ferozmente contestada em outras partes do Golfo da Guiné, simplesmente ainda não começaram a fluir. Foi a perspectiva da exploração do petróleo que introduziu tensões entre os dois Estados.

O objetivo do estudo será, portanto, primeiramente entender como chegamos a esse conflito, buscando suas causas. Então, após apresentar o conceito de “maldição do petróleo” como explicado por Philippe le Billon e Michael Ross, na segunda parte, será observada, na terceira parte, a presença deste conceito no referido conflito. Este estudo de caso do conflito de Bakassi nos permitirá, assim, apontar para uma visão mais ampla desse conceito, enfatizando os recursos que as grandes potências, em particular a França e Reino Unido, buscaram utilizar para manter seu domínio sobre esses estados em conflito.

2 AS CAUSAS DO CONFLITO

Para buscar as causas do conflito, é necessário realizar uma breve descrição cronológica dos acontecimentos relacionados ao mesmo.

2.1 CRONOLOGIA DOS EVENTOS

- O povo da Península de Bakassi se considerava nigeriano e as autoridades nigerianas exerciam controle efetivo sobre eles desde a década de 1930;
- A Península de Bakassi tornou-se parte de Camarões do Sul governados pelos ingleses e anexado às Províncias orientais da Nigéria até 1954;
- Camarões do Sul obteve então uma forma limitada de autonomia e, finalmente, “status autônomo completo” em 1958⁷;
- Contra todas as probabilidades, 70% da população de Camarões do Sul votou para ser anexado aos Camarões de língua francesa, em vez de ser integrado à Nigéria, na época da independência em 1961. O território, assim, tornou se oficialmente parte de Camarões;
- Consciente da exploração bem-sucedida de petróleo no Delta do Níger, o presidente Ahmadou Ahidjo solicitou à Nigéria que reconhecesse a soberania de Camarões sobre Bakassi em 1964;
- Por outro lado, a crise política na Nigéria suspendeu as negociações até o início dos anos 1970;
- Em 1975, o governo militar do general nigeriano Yakubu Gowon assinou o Acordo de Maroua com o presidente Ahidjo;
- Na sequência do acordo, os dois chefes de Estado concordaram em estender a

7 P. Konings e F. B. Nyamnjoh, "The Anglophone problem in Cameroon", *The Journal of Modern African Studies*. vol. 35, n'2, 1997, p.207-229

fronteira marítima de Camarões para o oeste da Península de Bakassi, admitindo assim a presença de plataformas petrolíferas camaronesas no canal de Calabar⁸;

– esse acordo foi posto em discussão pelo General nigeriano Murtala Mohamed, depois pelo General Olusegun Obasanjo. Segundo este último, a declaração de Maroua era ilegal e ilegítima, pois não havia sido ratificada pelo Parlamento Federal Nigeriano;

– Em 16 de maio de 1981, quando as receitas do petróleo atingiram um recorde histórico de US\$ 41 o barril e com a descoberta de novos grandes depósitos, a frustração do lado camaronês levou os dois países à beira da guerra;

– Naquele dia, cinco soldados nigerianos foram mortos por tropas camaronesas enquanto patrulhavam a fronteira perto de Iking, Nigéria⁹. A crise se acalmou com a decisão de Camarões de pagar indenização aos soldados nigerianos mortos em troca da promessa de contenção militar da Nigéria;

– Em 1990, o desejo do governo camaronês de controlar cada vez mais esta região, aumentando os controles dos gendarmes, resultou em conflito entre estes e as comunidades pesqueiras e comerciais locais. Isso levou ao confisco ou destruição de produtos de pesca e outros;

– Esses incidentes foram usados pelo Presidente da Nigéria, general Sani Abacha, como pretexto para a “invasão” de dezembro de 1993¹⁰;

– Os confrontos militares, segundo diplomatas em Lagos, custaram a vida de mais de

8 R. Comwell, "Nigeria and Cameroon: diplomacy in the Delta", *African Security Review*, vol. 15, nº 4, 2006, pp. 48-55

9 A. Olayiwoli Owolabi, "Nigeria and Cameroon: border disputes and the problem of border security" *African Notes*, vol. 15, n'112, 1991, pág. 42.

10 "Nigeria/Cameroon: bundering into battle", *Africa Confidential*, 35, 8, 1994, p. 6

50 soldados nigerianos¹¹. Estima-se que um número igual de civis foi morto por fogo cruzado;

- Essas operações voltaram a acontecer em fevereiro de 1994 e fevereiro de 1996, com combates violentos que causaram mortes entre as populações civis e militares. Em resposta à ocupação militar de Bakassi em 1993, uma verdadeira rivalidade diplomático-estratégica baseada em um confronto militar no terreno foi estabelecida entre Yaoundé e Abuja¹².

- De 1994 a 2004, as elites¹³ locais, respectivamente, apoiaram as reivindicações nigerianas e camaronesas para a península;

- Por meio do trabalho da Organização dos Povos dos Camarões do Sul (SCAPO), o governo nigeriano em 2001 submeteu à Corte Internacional de Justiça (CIJ) a questão de quem, Camarões do Sul ou República de Camarões, deveria compartilhar a fronteira marítima com a República Federal da Nigéria¹⁴;

- Após o veredicto da CIJ em outubro de 2002, outra organização, o Conselho Nacional dos Camarões do Sul (SCNC), também tentou participar das negociações. O seu Presidente enviou assim uma carta ao Secretário-Geral das Nações Unidas para exprimir o desejo do SCNC de que ‘a República Federal da Nigéria continue a manter-se na Península de Bakassi até que o Estado de Camarões do Sul seja restaurado’¹⁵.

- Após a assinatura do Acordo de Greentree, a SCAPO disse pretender tirar Bakassi da Nigéria e transformá-la em uma república independente, incluindo Camarões do Sul, se o

11 New York Times, 7 de maio de 1996, p.5.

12 Chouala (Y.A), « La crise diplomatique de mars 2004 entre le Cameroun et la Guinée Equatoriale : fondements, enjeux et perspectives », in Polis/ RCSP Vol 12 n° spécial 2004-2005, p.4.

13 estas elites podem ser divididas em dois grupos: aqueles que representam as comunidades nigerianas Efik e Effiat que vivem na península, e aqueles que representam as comunidades camaronesas Oroko que circundam a península

14 P. Konings, "The Anglophone Cameroon-Nigeria boundary: opportunities and conflicts ", African Affairs, vol. 104, no 415, 2005, p.27-301.

15 Citado por ibid., pág. 297

Governo Federal da Nigéria cedesse a península ao Camarões¹⁶. Essa mensagem foi enviada, em cartas separadas, ao presidente nigeriano Obasanjo, ao seu homólogo camaronês Paul Biya e ao Secretário-Geral da ONU;

– Um acordo de transferência em 2006 foi estabelecido entre os dois países, para o retorno da península para Camarões, a ser efetivado dois anos depois; e

– Ao final desses dois anos, em 2008, Camarões adquiriu plena soberania sobre as terras de Bakassi, para a exploração de gás e petróleo.

2.2 AS CAUSAS REMOTAS

Não é segredo que a Europa dominou a África por aproximadamente cinco séculos. O tráfico de escravos esvaziou a África, durante quatro séculos, de seus homens, sua juventude, sua cultura e sua civilização. Seu principal efeito foi o subdesenvolvimento com todos os seus corolários negativos: a incapacidade de acumular capital no exato momento em que o comércio triangular, ajudando a Europa a acumulá-lo, preparava-o-para a Revolução Industrial. O comércio de escravos perturbou o equilíbrio demográfico na África. Constituiu assim um grande ponto de guinada na história e civilização da África Negra, na origem do atraso no seu desenvolvimento e causa de muitos males que ainda hoje existem. Além disso, a Europa soube criar e esculpir na medida que lhe convinha um destino preconcebido para este continente e impô-lo.

Embora a ofensiva contra a escravidão tenha sido a primeira onda do ataque liberal à África, sua proibição entre os próprios africanos significou uma mudança total em seu modo de vida tribal. Também assumiu a transformação de sua economia de subsistência em uma economia de mercado liberal. Para reverter ou manter a seu favor o equilíbrio de

16 Vanguard, 9 de julho de 2006, www.mthwakazian.com/article.asp?aid=141&iid=31&sud=10

poder, foram exigidas estratégias inteligentemente desenvolvidas por parte da Europa e de homens e mulheres exaltados pela aventura colonial ou interessados na causa neocolonialista. A colonização econômica e monetária, direta ou indireta, e seus avatares são alguns dos processos e técnicas neocolonialistas. A deterioração dos termos de troca, uma técnica completamente diferente, é igualmente um dos indicadores dos assassinatos visando o desenvolvimento da África, perpetrados profissionalmente por atores acima de qualquer suspeita. Essa colonização é o fator histórico mais distante.

A colonização foi caracterizada por quatro elementos principais (Hugon, 1968; Grelet, 1982).

O primeiro é o estabelecimento de uma administração¹⁷. De um lado, o “governo indireto” desenvolvido pelos ingleses resultou no enfraquecimento dos regimes e permitiu que os mesmos negociassem diretamente e a baixo custo com os atores locais. De outro lado, a administração direta dos franceses possibilitou um controle centralizado e mais rígido com as repercussões no enfraquecimento dos poderes locais.

A segunda foi a questão da posse da terra em que, com algumas exceções, estava sob controle comunitário e não era alienável levando à experimentação de vários sistemas, como grandes concessões na África Central, colonização direta, pequena exploração indígena, o sistema Wakefield¹⁸.

A dominação do capital mercantil constituiu a terceira característica da colonização. Era o imposto de sondagem, a monetização do dote, a obrigação de cultivar culturas de exportação (cacau, café etc.) como meios de generalizar a economia de mercado e desenvolver a produção agrícola.

17 os sistemas político-administrativos certamente deferiram conforme os colonizadores: o “governo indireto” britânico difere da administração direta e “assimilação” francesa

18 venda de terras a preços elevados para financiar a imigração e criar trabalho assalariado

Por fim, as relações privilegiadas entre a metrópole e suas colônias reproduziam, em parte, o antigo pacto colonial que respondia a uma concepção mercantilista de colonização, visando o enriquecimento da metrópole. Este pacto estipulava: a proibição total ou parcial do mercado colonial aos produtos estrangeiros; a obrigação de exportar produtos coloniais exclusiva ou principalmente para a metrópole; e a proibição, para a colônia, de produzir objetos manufaturados. O seu papel econômico limita-se ao de produtor de matérias-primas e de escoamento comercial. O tratamento preferencial concedido pela metrópole aos produtos coloniais foi acompanhado de ajudas políticas, militares, culturais e, muitas vezes, econômicas. Acrescenta-se aqui que era proibido desenvolver indústrias pesadas que só deveriam ser prerrogativas das grandes potências.

Após a colonização, muitos de seus acordos permaneceram em vigor visando preservar a primeira exploração de recursos por empresas das ex-colônias. Soma-se a isso a proibição de desenvolverem culturas concorrentes com as de seus estados colonizadores.

Essas causas históricas serviram apenas para causar uma incerteza dos limites das fronteiras dos estados, como foi no caso dos dois países envolvidos no conflito em estudo. No entanto, esta situação permitira que a França e o Reino Unido aproveitassem a situação vantajosa que poderia trazer se o petróleo fosse encontrado nesta península. Em outras palavras, se Bakassi voltasse à Nigéria, as empresas britânicas teriam a primeira exploração de recursos e, caso contrário, as empresas francesas seriam beneficiadas.

Economicamente, Camarões estava passando por uma crise, que evoluiu desde 1980, devido à redução gradual dos preços do café e do cacau. A exportação dessas duas culturas constitui a maioria da receita do orçamento do país. Camarões também sofreu uma desvalorização do franco CFA em 1994, seguida por uma redução drástica nos salários dos funcionários públicos. A política governamental foi então direcionada para uma busca

incessante por recursos financeiros.

2.3 AS CAUSAS DIRETAS

Essas causas exigem uma comparação econômica dos dois atores internos nesse período e uma observação dos contextos sociopolíticos em que se encontravam.

No plano econômico, não há dúvida de que a diferença existente entre esses dois países era enorme, como mostram os gráficos apresentados nos ANEXOS D e E. Note-se que a economia nigeriana supera esmagadoramente a do Camarões em PIB e RNB, desde a década de 1980. Assim, enquanto o PIB nigeriano aumentou de quase 30 bilhões em 1994 para quase 180 bilhões em 2005, o de Camarões permaneceu praticamente estável em torno de 15 bilhões. Essa extrema disparidade é notável em rendas nacionais e é diretamente afetada pela quantidade de petróleo produzida pelos dois países. Isso pode ser observado explicitamente nos ANEXOS B e C em que uma visão da Produção do ano 2000 observa-se o impacto dele no PIB (ANEXO F). Isso se traduz em um declínio na produção de petróleo de Camarões, enquanto a da Nigéria estava aumentando. Isso frustrou as autoridades camaronesas, especialmente porque elas pensavam que, se existia petróleo na vizinha Nigéria e na ilha de Malabo, certamente deveria haver muito mais em seu território. A consequência será o estabelecimento de uma maior presença das forças policiais camaronesas nessa região.

A organização social e política da Nigéria organizada em estados, leva mais a um enfraquecimento do governo central em favor do mesmo para satisfazer as autoridades locais, um sistema herdado da administração britânica “indireta” imposta no passado. Como consequência, observa-se a participação dos governos locais nas negociações sobre questões de exploração de petróleo. Tal fato fará com que o estado do outro lado do rio, na

fronteira com Camarões, force o governo federal nigeriano a seguir uma política voltada para o controle da área de Bakassi.

Soma-se a isso que o povo do Estado de Cross River, na fronteira com Camarões, considera as tribos que ocupam o espaço da Península de Bakassi como seus irmãos, com quem compartilham a cultura, as tradições e uma história comum. Essa ligação trará um reforço substancial ao governo do Estado de Cross River junto ao governo federal para provocar o comprometimento deste último no conflito.

A leitura dessas causas leva-nos a perceber a importância atribuída ao petróleo para os dois países. Assim, as causas do conflito devido a esse recurso poderiam ser entendidas pelas razões mais antigas expostas neste capítulo, porém, o conceito de “maldição do petróleo” pode estar presente, conforme será apresentado nos próximos capítulos.

3 O CONCEITO DA “MALDIÇÃO DO PETRÓLEO”

Para começar, cabe efetuar uma identificação clara deste conceito e destacar as suas expectativas.

Seria, portanto, necessário começar a proceder à identificação deste recurso tão importante, o petróleo. O petróleo pode ser considerado uma matéria-prima utilizada para produzir hidrocarbonetos derivados mais úteis e essenciais para usos energéticos e consumo diário. Seus derivados serão assim utilizados na fabricação dos combustíveis mais comuns (diesel, gasolina, querosene etc.), materiais plásticos utilizados em praticamente todos os campos, inseticidas¹⁹ etc. Mas, antes de se voltar ao petróleo, seria necessário começar pelas matérias-primas. De fato, Paul Collier pensa que as matérias-primas podem ser importantes fatores de conflito. Ele explica que o nível mais perigoso de dependência de matérias-primas é de 26% do PIB. Para ele, nesse nível, um país comum tem um risco de conflito de 23%. Por outro lado, se fosse desprovido de exportações de commodities²⁰, esse risco cairia para apenas meio por cento²¹.

Michael Ross, por outro lado, apoia a afirmação de que “o fato de que o petróleo atrapalha a democracia é tão válido quanto estatisticamente robusto; em outras palavras, o petróleo prejudica a democracia”. Ross considera haver pelo menos um suporte provisório para três mecanismos causais que ligam petróleo e autoritarismo: um efeito rentista, um efeito repressivo e um efeito modernização²².

Segundo o paradigma da maldição dos recursos, os países altamente dependentes das receitas de exportação de recursos naturais não renováveis tendem a ser

19 para agricultura, etc.

20 mas fosse o mesmo

21 Paul Collier, *The Economic Causes of Civil Conflict and their Implications for Policy* (Washington DC: The World Bank 2000)

22 Michael Ross, 'Does Oil Hinder Democracy?', *World Politics*, Vol.53 (2001), pp.325 e 61

caracterizados por um desempenho econômico mais fraco, níveis mais baixos de desenvolvimento humano e níveis mais elevados de desigualdade e de pobreza. Ideias que surgem dos pensamentos de Karl²³, Humphreys et al.²⁴, Ross²⁵, Leite e Weidmann²⁶ demonstraram pela primeira vez estatisticamente que os recursos naturais intensivos em capital eram um “principal determinante da corrupção”²⁷, que tem efeitos negativos sobre o crescimento econômico. Examinando os efeitos subnacionais na China, Zhan²⁸ conclui que “a dependência de recursos aumenta drasticamente a propensão à corrupção de funcionários do Estado”. Os resultados incluem países com instituições democráticas de alta qualidade²⁹ e uma relação inversa para exportadores de produtos agrícolas, metais e minerais³⁰. Além disso, na década de 1990, houve um grande ressurgimento de movimentos secessionistas que se desenvolveram em torno dos recursos (ANEXO M).

Entre esses movimentos de libertação, as reivindicações relacionadas aos recursos petrolíferos foram as mais numerosas, como mostra a tabela de movimentos secessionistas naqueles anos. Isso significa que um dos trágicos paradoxos da riqueza do petróleo é a miséria decorrente. Muitos países ricos em petróleo, enfrentando choques e

-
- 23 Karl, T.L. 1997. *The Paradox of Plenty: Oil Booms and Petro-States*. University of California Press. Berkeley e Los Angeles, CA
- 24 Humphreys, M., Sachs, J.D. e Stiglitz, J.E. (eds) 2007. *Escaping the Resource Curse*. Columbia University Press. New York.
- 25 Ross, M. 2012. *The Oil Curse: How Petroleum Wealth Shapes the Development of Nations*. Princeton University Press. Princeton, NJ.
- 26 Leite, C.A. and Weidmann, J. 1999. ‘Does mother nature corrupt? Natural resources, corruption, and economic growth’. *Natural Resources, Corruption, and Economic Growth* (June 1999). IMF Working Paper (99/85) : p3
- 27 Busse, M. and Gröning, S. 2013. ‘The resource curse revisited: governance and natural resources. *Public Choice*, 154(1–2), 1–20
- 28 Zhan, J.V. 2015. ‘Do natural resources breed corruption? Evidence from China’. *Environmental and Resource Economics*, p 1–23. :1
- 29 Bhattacharyya, S. et Hodler, R. 2010. ‘Natural resources democracy and corruption’. *European Economic Review*, p54(4), p608–621.
- 30 Gani et Clemes Gani, M.D. 2015. ‘Natural resource exports and corruption’. *International Advances in Economic Research*, p21(2), p239–240

distorções econômicas significativas, permanecem sob governança autoritária e sofrem com conflitos armados. . Como resultado, os indicadores sociais e o desempenho econômico dos países produtores de petróleo são muitas vezes inferiores ao esperado pelo seu nível de rendimento e dotação de recursos. Isso nos remete ao discurso do rei Idriss da Líbia que, após saber que um consórcio americano havia encontrado petróleo em seu país, exclamou: “Gostaria que seu povo tivesse descoberto água”. De fato, desde 1980 o mundo em desenvolvimento tornou-se mais rico, mais democrático e mais pacífico. No entanto, isso só é verdade para países sem petróleo. Os estados petrolíferos espalhados pelo oriente Médio, África, América Latina e Ásia, com poucas exceções, não são mais ricos ou mais pacíficos do que eram há três décadas. Alguns são ainda piores. Para ficar na temporalidade do conflito de Bakassi, de 1980 a 2006, a renda per capita da época havia caído 6% na Venezuela, 45% no Gabão e 85% no Iraque. Muitos produtores de petróleo como Argélia, Angola, Colômbia, Nigéria, Sudão e até o Iraque foram marcados por décadas de guerra civil³¹. Esses males políticos e econômicos constituem o que Michael Ross chama de “maldição dos recursos”. É mais precisamente uma maldição mineral, pois esses problemas não são causados por outros tipos de recursos naturais, como florestas, água doce ou terras férteis cultiváveis. Entre os minerais, o petróleo, que responde por um comércio mineral global superior a 90% , apresenta os maiores desafios para o maior número de países. A “maldição dos recursos” é, portanto, essencialmente uma “maldição do petróleo”³².

É isso que o professor Kjell Aleklett quis dizer³³ quando disse que: “O petróleo tem uma relação estreita com o poder político, econômico e militar de um país”. Essa “relação estreita” pode ser lida por dados econômicos históricos, no vínculo entre energia e

31 exemplo da guerra de Biafra na Nigéria

32 aqui, o termo “petróleo” é usado para se referir tanto ao petróleo quanto ao gás natural

33 Peaking at Peak Oil, Springer Verlag, 2012, p. 208.

PIB, vínculo cuja estabilidade conhece pouco equivalente entre os turbulentos assuntos econômicos. Desde o período pós-guerra, a criação de riqueza exigiu uma quantidade quase previsível de petróleo. De fato, se colocarmos em um gráfico a produção anual de petróleo desde 1950 na abscissa (em “x”) e o produto econômico mundial correspondente na ordenada (em “y”), o resultado se parece muito com o que os matemáticos chamam de contínua e quase perfeita³⁴ “função afim por partes” . A relação entre o crescimento da produção mundial de petróleo e o crescimento da economia mundial é descrita por dois segmentos de linhas quase retas, dois grandes regimes de proporcionalidade: o dos Trente Glorieuses de 1950 a 1973, depois o do que poderíamos chamar de Nova Ordem Mundial, como chamada pelo ex-presidente dos EUA George Bush, de 1983 a 2019³⁵ .

Resumindo o que foi dito, consegue-se criar uma ligação entre a maldição do petróleo e três consequências essenciais que são as seguintes: o desenvolvimento de movimentos secessionistas, a propensão dos funcionários públicos nos estados petrolíferos à corrupção e a observação de um autoritarismo dos dirigentes. A combinação desses fatores leva o país a ter um desempenho econômico mais fraco, mantendo níveis muito baixos de desenvolvimento humano e desigualdade e pobreza crescentes. Resta, então, verificar essas observações no caso do conflito do Bakassi.

34 Uma função afim é uma função linear caracterizada por uma taxa constante de aumento. É uma das funções mais simples, pois descreve uma relação proporcional entre duas variáveis. “Piecwise” significa que diferentes regimes de proporcionalidade aparecem durante o desenvolvimento da função.

35 Pétrole le Déclin est Proche Matthieu Auzanneaux com Hortense Chauvin, Seuil p. 62

4 “MALDIÇÃO DO PETRÓLEO” E O CONFLITO DO BAKASSI

Para verificar essas observações, é necessário entender se essa maldição não está ligada à história desses países, para ver se é possível separar as duas causas. Na realidade, trata-se de saber se o desenvolvimento dos movimentos secessionistas, a propensão dos servidores públicos dos estados petrolíferos à corrupção, o autoritarismo observado nesses países, percebidos nesse conflito, seriam consequências da “maldição do petróleo” como mostrado pela teoria explicada acima, ou o resultado de outros fatos históricos. Tais fatos devem então ser buscados, retornando à história desses dois Estados..

4.1 UM POUCO DE HISTÓRIA

4.1.1 Era pré-colonial

Em geral, sabemos que o maior impacto do tráfico de escravos foi esvaziar a África de seus homens, sua juventude, sua cultura e sua civilização por um período de quatro séculos. Seu principal efeito foi o subdesenvolvimento com todos os seus corolários negativos, Além disso, os proprietários de escravos se beneficiaram mais da compensação em 1834, quando o parlamento britânico proclamou a emancipação de todos os escravos do Império. Fiel à sua concepção conservadora do direito de propriedade, o parlamento concedeu, de fato, uma indenização de 20 milhões de libras esterlinas aos antigos proprietários de escravos e não aos impérios africanos de onde provinham.

A ofensiva contra a escravidão foi a primeira onda do assalto liberal à África. As explicações culturalistas da guerra têm uma longa tradição nas ciências sociais e na história. No entanto, a proibição da escravidão, entre os próprios africanos, pressupunha uma mudança total em seu modo de existência tribal e a transformação de sua economia de

subsistência em uma economia de mercado liberal. O conceito de Economia de Ordenha³⁶ (ANEXO K), que descreve analiticamente a troca de produtos agrícolas fornecidos por uma sociedade periférica assim moldada pelos produtos de uma indústria capitalista central³⁷, é muitas vezes reduzido à sua aparência descritiva. Ou uma troca de produtos agrícolas por produtos manufaturados importados. Essa economia assumiu duas formas principais: a “koulakização”, ou seja, a constituição de uma classe de fazendeiros indígenas de origem rural, a apropriação quase privada da terra por esses fazendeiros e o emprego de mão de obra assalariada, que é a forma dominante no Golfo da Guiné, onde as condições permitiram o desenvolvimento da economia de Ordenha. Na savana, do Senegal ao Sudão, passando pelo norte da Nigéria, as irmandades muçulmanas possibilitaram outro tipo de economia: a organização da produção de exportação³⁸. Isso sugere que os grandes investimentos de empresas capitalistas na África serviram apenas a seus próprios interesses.

4.1.2 Era colonial

A colonização tinha, em geral, desenvolvido a economia em seu benefício: para as empresas coloniais, os lucros eram consideráveis. Apesar de algumas tentativas muito isoladas³⁹, não houve desejo por parte do colonizador de diversificar a economia africana, de lhe dar uma escala vertical completa da produção por meio da industrialização. O capitalismo metropolitano não tinha interesse em gerar concorrentes. Finalmente, o sistema colonial foi caracterizado por quatro elementos principais (Hugon, 1968; Grellet, 1982),

36 Em francês é “Économie de traite”: Conceito inventado por Jean Dresch, a economia comercial consiste em recolher e escoar para os portos os produtos do país que são exportados em bruto e distribuir os produtos manufaturados em troca.

37 importados ou produzidos localmente por empresas europeias

38 amendoim e algodão

39 Fria na Guiné, Edéa nos Camarões, bem como no Congo e na África Austral

como exposto em casos históricos. O exemplo a seguir ilustra perfeitamente os claros objetivos e intenções das grandes potências durante a colonização. Em 1884, o governo alemão assinou um tratado com dois governantes tradicionais na costa sudoeste do que hoje é Camarões. Na realidade, é o Tratado Germano-Douala assinado em 12 de julho de 1884 entre duas empresas comerciais alemãs⁴⁰ e dois chefes nativos da costa camaronesa⁴¹. O ano de 1884 marca o início da Conferência Internacional de Berlim⁴² que teria traçado as fronteiras dos Camarões alemães⁴³ e estabelecido, segundo François de Vitoria, "a independência das tribos bárbaras e [...] sua soberania rudimentar"⁴⁴. Esses líderes tradicionais nada sabiam sobre a existência dos povos que ocupam os limites externos do território de Camarões, conforme determinado pelos alemães. No entanto, este documento foi usado e apresentado à SDN⁴⁵ como um documento oficial que representa um acordo territorial entre os dois países, Camarões e Alemanha. A atividade mercantilista das empresas não ultrapassou realmente a fase da feitoria e da fábrica do século XVI: compra de matérias-primas locais ao preço mais baixo possível e venda de produtos manufaturados europeus ao preço mais elevado possível. Ora, esse capitalismo local, apesar de sua estrutura arcaica, ocupou, como o capitalismo moderno, posições monopolistas⁴⁶. Nesse período, as importações de bens de capital eram tão lucrativas para as metrópoles quantas certamente desastrosas para as colônias. Antes da Primeira Guerra Mundial, pouco capital havia sido investido na África: apenas 25 milhões de libras esterlinas nas zonas francesas da

40 e não autoridades políticas

41 cujo território eles chamam de Camarões se estende ao longo do rio Camarões que é a atual rio Wouri, entre os rios Bimbia ao norte e os rios Kwakwa ao sul, e até 4° 10' de longitude norte independentemente dos territórios fora desta delimitação

42 1884 – 1885

43 Mbome, nota supra 2 às pp 15-16

44 Joseph Barthélemy, "François de Vitoria" in *The Founders of International Law*, Paris, Panthéon Assas, 2014, 39 at p 49 [Barthélémy]

45 Liga das Nações

46 Pierre MOUANDJO B. LEWIS, *Crise e Crescimento na África*, Volume I, A Economia Política da África no Século XXI, p.57, L'Harmattan, 2002, Paris, França

África Negra, 40 milhões de libras esterlinas na zona belga e praticamente nada na África portuguesa. Insignificantes em 1913, as somas investidas em África Ocidental Francesa (AOF) e África Equatorial Francesa (AEF) haviam subido para 30,4 e 21,2 milhões de libras esterlinas, respectivamente⁴⁷. A Nigéria, no que lhe concerne, deve a Lord Lugard a criação de sua entidade territorial a partir de três unidades (ou regiões) administradas independentemente, o “protetorado direto” do Sul, a concessão privada do Norte, a colônia de Lagos e um modo indireto de gestão favorecendo os líderes locais. A drenagem econômica para fora precedeu o desenvolvimento de uma estrutura administrativa, e os pontos fortes dessa rede praticamente não mudaram temporalmente. Todo o esforço consistia então em criar e reforçar um sistema federal instalado em 1954 que os britânicos queriam que fosse fraco. Foi a Guerra de Biafra (6 de julho de 1967 a 15 de janeiro de 1970), a “guerra de secessão” nigeriana, que permitiu ao “quarto quartel” da Nigéria afirmar a proeminência do central sobre o regional. Na década de 1950, os impérios coloniais adotaram políticas de desenvolvimento econômico e social. O período, conhecido como o “final colonial”, constatou o surgimento de movimentos de protesto exigindo direitos iguais e acesso à soberania. É a emancipação política, impulsionada pelo ideal pan-africano, que prevalecerá.

No rescaldo da vitória sobre o nazismo, dos gaullistas aos comunistas, havia unanimidade na França continental em torno da ideia de que, sem seu império, a França teria sido apenas uma nação libertada. Para o Partido Comunista, “o primeiro partido na França”, que participou do governo até maio de 1947, um retrocesso na África arriscou abrir caminho para os estadunidenses, assim, os comunistas buscaram sólidas amizades com o

47 Pierre MOUANDJO B. LEWIS, *Crise e Crescimento na África*, Volume I, A Economia Política da África no Século XXI, p.59, L'Harmattan, 2002, Paris, França

estabelecimento de “grupos de estudo”, em grandes cidades como Dakar ou Duala. Do lado africano, naquela época, não havia questionamento fundamental da tutela da França; só porque o colonizador reprimiu violentamente todas as insurreições até então, mas também porque as próprias condições de um despertar nacional não tiveram, exceto em casos excepcionais, a oportunidade de surgir antes da colonização e que as divisões coloniais eram muito recentes para que identidades nacionais sólidas pudessem surgir. Nos sindicatos desvinculados de suas tendências metropolitanas, organizações estudantis e associações, esses radicais aproximadamente marxistizados criticavam abertamente o imperialismo francês, invocavam a solidariedade dos colonizados e logo a independência imediata. Os conflitos com a administração colonial, então, tiveram uma reviravolta acentuada em alguns territórios. Em maio de 1955, a União das Populações dos Camarões (UPC) lançou uma onda de ataques no sul do território que marcou o início da única descolonização verdadeiramente violenta na África subsaariana que duraria até 1960. A UPC procurou vencer buscando o apoio da opinião pública internacional. No entanto, a afronta de suas reivindicações e a multiplicação de ataques a partir de 1955 acabaram prestando-lhe um desserviço e acelerando a transferência de soberania para seus adversários, agrupados atrás de Ahmadou Ahidjo, então conselheiro da Assembleia da União Francesa.

4.1.3 Era pós-colonial

Com a Fides⁴⁸, a França investiu na África subsaariana três vezes mais em dez anos do que nos primeiros cinquenta anos do século XX. Quando Camarões finalmente conquistou sua independência em janeiro de 1960, a grande diáspora camaronesa celebrou

48 <https://francearchives.fr/findingaid/25c7cfd2b075181adcef73725ba6cfe2a4dfbffa>

o evento em toda a África. A circulação das elites camaronesas nos países vizinhos⁴⁹ deu um impulso ao movimento de independência. Nnamdi Azikiwe, o fundador da União para a Independência dos Camarões e da Nigéria, exigiu imediatamente a independência da Nigéria do Reino Unido⁵⁰. Cuidou-se para afirmar que os brancos não saíssem, para que a continuidade do Estado e dos negócios fosse assegurada. Os funcionários públicos europeus tornam-se conselheiros dos novos líderes africanos, com todas as ambiguidades que se possa, imaginar. Esta é a fórmula dos acordos de cooperação. Assim, os novos líderes africanos tornam-se os negros, mas os brancos permanecem aconselhando-os. Precipitada, a independência permitiu à metrópole ter na Assembleia-Geral da ONU um grande pacote de votos africanos, que seguirá a França na questão da Argélia, por exemplo.

Em troca da transferência de poderes, os funcionários africanos tiveram que concordar em assinar os famosos acordos de cooperação que os uniam de pés e mãos à antiga metrópole. O período da independência é quando se descobre ferro na Mauritània, urânio no Níger e no Gabão, petróleo no Gabão e no Congo. A colonização se tornaria lucrativa. Esses acordos permitiram, portanto, preservar o desenvolvimento dessas descobertas e substituir a política da Comunidade Franco-africana.

Em 1960, enquanto em outros lugares a independência foi saudada por ondas de entusiasmo, a de Camarões, liderada por Ahidjo, foi acompanhada por uma série de ataques desesperados. Isso mostrou que a raiva dos ativistas da UPC estava longe de ser extinta, mesmo que isso significasse entrar em uma sangrenta guerra civil. Acrescenta-se que a República Francesa guerreou contra a Frente de Libertação Nacional (FLN) na Argélia⁵¹ e

49 Nigéria Britânica, Gabão e Congo Francês

50 a parte oriental dos Camarões alemães havia sido concedida ao Reino Unido após o Tratado de Versalhes

51 1954-1962

contra a União das Populações dos Camarões (UPC) na independência⁵². A guerra continuou em Camarões até 1971.

Em 4 de junho de 1960, ocorre a votação da lei constitucional, uma votação que consagra o estabelecimento de novas relações franco-africanas de natureza bilateral. É um sistema de “cooperação” baseado num conjunto de acordos assinados entre abril de 1960 e maio de 1961, entre Estados soberanos, mantendo intacta a influência e a posição privilegiada da França nesses países africanos. É a Comunidade Franco-africana renovada.

Essa geopolítica tem conseguido dar origem a crises paradoxais, nas quais se inserem os interesses pós-coloniais, as ambições de atores regionais e a lógica da Guerra Fria, como a crise de Biafra na Nigéria⁵³. Objeto de propaganda e emoções midiáticas, Biafra surgiu como um precedente para o dever de intervenção humanitária. A descolonização também levou à construção de partidos-estados, sob o pretexto de forçar a construção nacional. O Partido deve ser a ferramenta de construção controlada do Estado. Aqui, a sombra de uma potência estrangeira ou pós-colonial pode ser vista para apoiar “seu” candidato.

Finalmente, a década de 1980 foi marcada pela tutela econômica da África, como a queda dos preços do café e do cacau, que condenava o “milagre marfinense” sobre o qual Houphouët-Boigny havia construído seu sistema econômico e político. anunciou anunciará o início de uma crise econômica que afetará seriamente a economia e a sociedade camaronesa: os planos de ajuste estrutural (SAP) do FMI e do Banco Mundial constituem o novo acordo da década, cujas consequências ainda se fazem sentir muitos anos depois.

52 1955-1960

53 1967 – 1970

4.1.4 Análise baseada em fatos históricos

A cooperação entre a França e a África Subsaariana pode ser resumida em três grandes fases: a implementação da cooperação “exemplar” entre 1960 e 1981; a fase de reavaliação do “fardo africano” entre 1981 e 1994; a época do “interesse relativo” entre 1994 e 2008.

Do ponto de vista econômico e financeiro, em quase todos os lugares, os laços com a França foram fortalecidos: o primeiro fornecedor e muitas vezes o primeiro cliente desses Estados, a França garantiu a moeda comum⁵⁴ para a maioria deles desde 1960, por uma conta de operações depositada no Tesouro francês. É uma mais-valia para as relações econômicas e financeiras desses países; mas também é um meio de controlar as políticas comerciais e econômicas da França. De fato, as vantagens políticas para a metrópole são igualmente importantes, porque até o início da década de 1980, a França podia contar quase sistematicamente com o apoio desses Estados em todos os órgãos internacionais. A sua influência é evidente para todos quando, ao abrigo dos acordos, intervém militarmente em vários países desde a década de 1960⁵⁵.

O estudo dos fatores históricos mostra que, para manter o monopólio do comércio, as potências coloniais estabeleceram um sistema de limitação do desenvolvimento. Esse sistema foi estabelecido a partir dos tratados que impunham o tipo de cultura agrícola, a primazia da exploração dos recursos minerais à sua empresa e do mercado local aos produtos de exportação das empresas dos países dos antigos colonizadores.

A Nigéria, no que lhe concerne, sofreu com divisões internas muito grandes e

54 franco CFA

55 Senegal, Gabão, Camarões, Mauritânia, Zaire, Chade, etc.

alternâncias políticas variadas e brutais. A presença do colonizador foi menos marcada ali do que em Camarões.

4.2 A PROPENSÃO DOS FUNCIONÁRIOS PÚBLICOS À CORRUPÇÃO

Ninguém menos que Jeffrey Sachs e o Fundo Monetário Internacional (FMI) entraram no debate, postulando uma forte associação entre dependência de recursos, corrupção e desempenho econômico. Sachs e Warner argumentam que um aumento de um desvio padrão na proporção de exportações de recursos naturais em relação ao produto nacional bruto (PNB) está associado a um declínio de pouco mais de 1% na taxa de crescimento⁵⁶⁵⁷

Leite e Weidemann do FMI estimam que para os combustíveis o valor seja de 0,6% e se deve “inteiramente ao efeito indireto da corrupção”⁵⁸.

A corrupção não é um fenômeno novo. Em 1900, o primeiro governador-geral da Nigéria, Frederick Lugard, já se queixava das práticas de extorsão de bandidos que perambulavam pelas aldeias fingindo cobrar impostos em nome dos britânicos⁵⁹. Com a aproximação da independência em 1960, o próprio colonizador foi acusado de alimentar os circuitos de corrupção ao cooptar personalidades envolvidas em escândalos financeiros e a quem pretendia chantagear para melhor manipulá-los. Em 1956, os britânicos também teriam subsidiado e salvado da falência o grande partido nacionalista do sul, o NCNC⁶⁰ para

56 Independentemente da corrupção de endogeneidade, variabilidade dos preços das commodities e liberalização do comércio

57 J. Sachs et A. Warner, *Natural Resource Abundance and Economic Growth*, NBER Working Paper 5398 (Cambridge, MA: National Bureau of Economic Research, 1995)

58 C. Leite and J. Weidmann, *Does Mother Nature Corrupt?*, IMF Working Paper (Washington DC: IMF 1999) p.29

59 M. Tukur, *British Colonisation of Northern Nigeria, 1897-1914: A Reinterpretation of Colonial Sources*, Dakar, Amalion Publishing, 2016, p. 64.

60 Conselho Nacional da Nigéria e Camarões

compor com as mulheres muçulmanas do Norte que defendiam os interesses de Londres⁶¹.

Os referendos de 1959 e 1961 no norte do Camarões britânico também foram suspeitos de fraude e compra de votos para anexar o território à Nigéria. Em 1959, 62% dos eleitores preferiram permanecer sob a tutela da ONU, recusando-se a unir-se a uma Nigéria prometida à independência. Eles então desconfiaram da hegemonia dos muçulmanos na região, em particular dos “invasores” Fulani, e queriam ter sua própria administração, como no Camarões do Sul britânicos. Para impedir esse resultado, o colonizador criou então comunidades locais, injetou recursos para o desenvolvimento e autorizou o voto feminino, o que levou a um aumento de 170% no número de eleitores. Os candidatos a favor da opção camaronesa também foram proibidos de fazer campanha, particularmente em Mubi e Madagali. Apesar de um recurso sem sucesso de Camarões ao Tribunal Internacional de Justiça, o referendo de 1961 finalmente levou ao resultado esperado pelos britânicos, ou seja, o união à Nigéria⁶².

Voltemos ao problema da corrupção no petróleo⁶³, observa-se quatro instituições governamentais dirigindo os assuntos da indústria petrolífera da Nigéria: A Corporação Nacional de Petróleo da Nigéria (NNPC), a empresa petrolífera nacional da Nigéria, que controla uma ampla gama de atividades. A NNPC atualmente tem mais de 9.000 funcionários. Suas múltiplas funções incluem a operação de doze subsidiárias, incluindo refinarias, plantas petroquímicas e comercializadoras de derivados de petróleo. O tamanho de sua força de trabalho, seu orçamento, seu mandato e seu amplo conhecimento do mercado fazem da NNPC o principal “*player*” do setor.

61 H. Smith, *Blue Collar Lawman*, Bradford-on-Avon, self-published, 1987

62 Cf. V. Hiribarren, *A History of Borno: Trans-saharan African Empire to Failing Nigerian State*, Londres, Hurst, 2016, p. 320

63 <https://www.u4.no/publications/reforming-corruption-out-of-nigerian-oil-part-one-mapping-corruptionrisks-in-oil-sector-governance-fr-FR.pdf>

O Ministério do Petróleo⁶⁴ é responsável pela supervisão técnica do NNPC e conduz a política relativa ao setor petrolífero. Além dos últimos meses do governo de Obasanjo, o presidente atua como Ministro do Petróleo desde 1999. O secretário do Petróleo, um vice-ministro, exerce alguma influência, mas tem pouca autoridade unilateral. O presidente e seus assessores seniores compõem, ao lado da direção do NNPC, o círculo interno de tomada de decisões relacionadas ao setor petrolífero. O presidente, que também ocupa o cargo de ministro do Petróleo, desempenha um papel direto e decisivo nas transações petrolíferas.

A Direção de Recursos Petrolíferos (DPR) é o “cão de guarda” da indústria. Até 1988, o DPR era uma filial do NNPC; uma situação insustentável e, aue o cão de guarda estava subordinado ao maior *player* do setor. Embora o DPR e o NNPC operem separadamente sob a supervisão do Ministério do Petróleo, o NNPC manteve algumas funções de controle. A missão do DPR consiste em alocar blocos petrolíferos, cobrar *royalties*, fazer cumprir as regulamentações setoriais⁶⁵, além de outras tarefas de supervisão técnica.

A maioria da produção de petróleo da Nigéria é administrada por seis grandes uniões de risco, das quais a NNPC é a acionista majoritária, supervisionando 55–60% dos ativos. As empresas petrolíferas ocidentais são acionistas minoritários que operam os campos. Os rendimentos desses sócios decorrem da venda de suas respectivas participações na produção de petróleo. Em seguida, o operador paga um *royalty*⁶⁶, calculado consoante a quantidade de produção, e o imposto sobre os lucros do petróleo⁶⁷ estabelecido de acordo com sua renda. A NNPC e a petroleira compartilham os custos operacionais de exploração e

64 anteriormente chamado Ministério da Energia

65 segurança, meio ambiente, queima de flares, etc.

66 cobrado pelo DPR

67 cobrado pelo fisco

produção. A NNPC luta constantemente para pagar sua parte nos custos operacionais, portanto, vê-se forçada a aumentar os empréstimos de suas empresas parceiras.

Na década de 1990, a Nigéria começou a oferecer Contratos de Compartilhamento de Produção (PSCs) para blocos *offshore* para incentivar a exploração em alto-mar, diversificar os *players* comerciais do setor e evitar as armadilhas dos pedidos de fundos.

Os governos da maioria dos países ricos em petróleo emitem diretamente as valiosas licenças de exploração e produção de petróleo. Na ausência de procedimentos de aquisição bem regulamentados, essas transações são oportunidades para corrupção. A Lei do Petróleo da Nigéria dá ao Ministro do Petróleo plena autoridade sobre a concessão de licenças para exploração, prospecção e perfuração de petróleo. Conseqüentemente, a alocação de blocos não responde a um processo legalmente obrigatório nem a um mecanismo de monitoramento.

A concessão de muitos grandes contratos, principalmente para empresas de serviços de petróleo, é um dos componentes do setor de ouro negro. Em princípio, o operador é responsável pela adjudicação destes contratos. No entanto, o governo nigeriano exerce um controle significativo sobre essas transações. Sob uma união de risco, a NNPC endossa todos os contratos ou despesas acima de US\$ 1 milhão. Para PSC, o NAPIMS aprova todos os valores acima de US\$ 250.000. Ex-executivos da NNPC e especialistas do setor disseram em entrevistas que esses limites eram muito baixos em comparação com os padrões do setor e encorajavam a interferência do governo no gerenciamento de contratos. Vários processos judiciais recentes sob a Lei Anticorrupção dos EUA (FCPA)⁶⁸ demonstraram como o suborno se infiltra nos procedimentos contratuais. Além dos subornos, os

68 <https://www.justice.gov/criminal-fraud/file/1292051/download>

funcionários podem aproveitar os procedimentos que promovem as empresas nas quais têm participação financeira. Por exemplo, políticos de alto escalão supostamente manipularam licitações para favorecer a Intels Nigeria Ltd, uma grande empresa de logística, para ganho pessoal.

As empresas petrolíferas e as empresas de serviços petrolíferos, que conduzem negócios com instituições públicas na Nigéria, enfrentam regularmente contratempos e ineficiências dispendiosas. Embora não seja corrupção em si, tais expectativas criam tantos pretextos e oportunidades para “lutar de patas” a fim de acelerar os processos.

“*Bunkering*” significa o saque de petróleo bruto retirado diretamente de oleodutos, estações de processamento e armazéns destinados à exportação. Em geral, as perdas de abastecimento na Nigéria são estimadas em quase 100.000 bpd, uma quantidade equivalente a toda a produção de petróleo de Camarões. É do conhecimento geral que as atividades de abastecimento de combustível são objeto de conluio entre o governo e representantes das companhias petrolíferas. Grupos de jovens bem armados costumam realizar sabotagens de oleodutos, mas suas atividades são supervisionadas por poderosos protagonistas⁶⁹. Outros métodos de abastecimento⁷⁰ provavelmente só pode ser feito com a cumplicidade de representantes oficiais. Mais insidiosamente, o *bunkering* fornece fluxos regulares de dinheiro para financiar movimentos militantes e subornar as organizações responsáveis pela desestabilização da região do Delta do Niger. A ampla disponibilidade de dinheiro escondido facilita a aquisição de armas, a retribuição das forças militantes e a corrupção de funcionários.

Todos os anos, a NNPC emite “*facelift*” ou contratos de exportação para

69 Huillery, J (2007) « Petrol-bunkering scandal rattles Nigeria » in Mail & Guardian London; Walker, A. (2008) « ‘Blood oil’ dripping from Nigeria » BBC News London 27 juillet 08

70 por exemplo, o carregamento em navios mercantes de uma quantidade de petróleo bruto superior a registrada

empresas petrolíferas internacionais, várias afiliadas da NNPC e alguns governos estrangeiros. Os comerciantes compram petróleo da NNPC o preço de mercado e o revendem para refinarias e outros compradores em todo o mundo. Da mesma forma, o NNPC concede licenças de importação para produtos petrolíferos refinados⁷¹. Essas transações de importação e exportação geram altas taxas de aluguéis fungíveis, e a falta de transparência que as acompanha cria muitas oportunidades de corrupção. Depois a um processo de pré-qualificação de atribuição de alvará, é difícil determinar os métodos de seleção dos adquirentes ou o montante dos contratos. A imprensa informa que os funcionários públicos recebem regularmente pagamentos das empresas envolvidas⁷²⁷³.

A corrupção é, portanto, observada também ao nível das comunidades étnicas, porque é aí que se verificam as tensões entre o nacionalismo cívico e uma espécie de particularismo exclusivista militante. Assim, ao nível da nação, vemos a contradição entre a centralização estatal do petróleo e a fragmentação do Estado, tornando-se o petróleo uma forma de equivalente generalizado posto ao serviço da corrupção massiva⁷⁴.

A etnia era o problema central da Nigéria pós-colonial, “a corrupção das maiorias étnicas” e para Saro-Wiwa sua panacéia⁷⁵⁷⁶.

Surge, então, um tipo de espaço governável nacional que emerge dessa

71 petróleo, querosene e diesel

72 (Amanze-Nwachuku, C (2008) « Oil Contracts- FG Sacks ‘Brief Case’ Companies » This Day Lagos April 25, 08 ; Bello, O (2008) « Political patronage dashes bid to reduce diesel price » Business Day Lagos october 5, 08 ; Sahara Reporters (2008) « Crude Oil Lifting Contracts As Yar’adua’s Cash Cow » <http://www.saharareporters.com>, consulted October 20, 08)

73 www.U4.no September 2009 - No. 23 Traduction d’U4 Brief 2009

74 Resource Curse? Governmentality, Oil and Power in the Niger Delta, Nigeria, The Geopolitics of Resource Wars, Resource Dependence, Governance and Violence Edited by PHILIPPE LE BILLON, Publisher, FRANK CASS, CANADA ET USA p.61

75 a multiplicação do poder das minorias étnicas

76 Resource Curse? Governmentality, Oil and Power in the Niger Delta, Nigeria, The Geopolitics of Resource Wars, Resource Dependence, Governance and Violence Edited by PHILIPPE LE BILLON, Publisher, FRANK CASS, CANADA ET USA p.70

multiplicação, em que, além disso, as entidades políticas denominadas Estados ou LGA⁷⁷ tornam-se vetores de corrupção e fraudes massivas. Dessq,r, ocorre uma transferência de receitas petrolíferas, que vai precisamente contra a criação de uma comunidade nacional imaginária do tipo que Ben Anderson considerava sinônimo de nacionalismo⁷⁸.

A construção da nação, quaisquer que sejam suas propriedades imaginárias, baseia-se que em sua forma moderna, em um tipo de cálculo, integração, racionalidade estatista e burocrática que a lógica do rentismo, da petrocorrupção, da política de pilhagem étnica e da multiplicação do Estado que trabalha para minar sistematicamente. Lauren Berlant disse em seu estudo sobre Nathaniel Hawthorne que toda nação e, “todo espaço nacional governável” precisa de “simbolismo nacional”, uma fantasia nacional que “designa como a cultura nacional se torna local por meio de imagens, histórias e movimentos que circulam no inconsciente pessoal e coletivo”. O que se destaca aqui é que o simbolismo nacional nigeriano foi enfraquecido e atenuado devido à economia política do petróleo⁷⁹. A centralização das receitas petrolíferas, o “chamado centralismo fiscal”⁸⁰, possibilitado pelo declínio da derivação e pelo aumento da conta pool de distribuição, fez com que a criação do Estado fosse um pré-requisito para a obtenção das receitas federais^{81,82}.

Só assim podemos entender como, entre 1966 e hoje, o número de governos locais aumentou de 50 para mais de 700, e o número de estados de 3 para 36. A Nigéria, como um estado-nação moderno, tornou-se uma máquina para produzir cada vez mais

77 áreas de governo local

78 B. Anderson, *Nationalism, Identity and the World-in-Motion*, em P. Cheah e B. Robbins (eds), *Cosmopolitics* (Minneapolis, MN: University of Minnesota Press, 1998)

79 *Resource Curse? Governmentality, Oil and Power in the Niger Delta, Nigeria, The Geopolitics of Resource Wars, Resource Dependence, Governance and Violence* Edited by PHILIPPE LE BILLON, Publisher, FRANK CASS, CANADA ET USA p.70

80 CCA = Call Centralised Account

81 a DPA representava 66% de toda a receita arrecadada no nível federal

82 (E. Anugwom, “Federalism, Fiscal Centralism and the Realities of Democratization in Nigeria”, documento apresentado na Conferência sobre África na Encruzilhada, UNESCO, 2001, www.ethnonetafrica.org/pubs/crossroadsed1.htm)

instituições políticas locais, e esse processo é interminável.

De fato, o mecanismo do petróleo foi estabelecido com a supervisão dos britânicos. Isso é tanto mais compreensível quanto esse capitalismo do petróleo opera através do que Phillippe Le Billon chama o “complexo do petróleo”. Ele implica:

- Um monopólio legal da mineração (Lei de Minerais Sólidos de 1946 e Lei do Petróleo de 1969);
- Uma empresa petrolífera nacionalizada⁸³ que opera pelas uniões de risco⁸⁴ com grandes petrolíferas que recebem concessões territoriais (blocos);
- Aparatos de segurança do Estado⁸⁵ protegendo investimentos caros e garantindo o fluxo contínuo de petróleo; e
- Um mecanismo institucional⁸⁶ por meio do qual as receitas federais do petróleo são distribuídas aos estados e às comunidades produtoras, onde nota-se sempre a permanência do modelo de administração da “regra indireta” do Reino Unido.

A crescente importância dos ganhos marcou, à medida que as receitas do petróleo aumentaram, a ascensão do centralismo fiscal e a passagem da derivação⁸⁷ para uma conta da Federação, ou seja, uma conta centralizada para dominar a alocação de receitas recolhidas ao nível federal⁸⁸.

Esta análise mostra que o petróleo amplifica a corrupção já presente desde a época colonial. Isso resultará em um aumento das disparidades sociais.

83 a NNPC foi criada em uma fase de indigenização estatal em 1971

84 Memorandos de entendimento

85 Trabalhando em sinergia com os das próprias empresas

86 na Nigéria chamado de “Princípio da Derivação” e a Distributable Pool Account (DPA) criada em 1966, posteriormente renomeada como Conta da Federação em 1979

87 que caiu de 100% para 3%

88 Resource Curse? Governmentality, Oil and Power in the Niger Delta, Nigeria, The Geopolitics of Resource Wars, Resource Dependence, Governance and Violence Edited by PHILIPPE LE BILLON, Publisher, FRANK CASS, CANADA ET USA p.67

4.3 MOVIMENTOS SEPARATISTAS

De 1994 a 2004, as elites de ambos os lados da fronteira apoiaram as reivindicações nigerianas e camaronesas à península, respectivamente. Os argumentos mútuos basearam-se no fato de que suas populações foram os primeiros ocupantes e nos direitos consuetudinários históricos daí decorrentes. Chefes em áreas da península afirmavam que a maioria dos pescadores que migraram para Bakassi durante o século XIX eram de origem Efik. Acrescentavam que caíram diretamente sob a autoridade dos reis e chefes de Calabar, depois, mais tarde, sob a do Estado nigeriano. Por outro lado, os chefes Oroko afirmavam que os direitos de usufruto e residência em Bakassi deveriam originalmente ser negociados com as comunidades Oroko das terras altas;poaue Porque foram os primeiros a se estabelecer na região e deveriam ser considerados guardiões da terra e dos recursos hídricos. Além disso, o argumento étnico serviu de base para o discurso de defesa nigeriano perante os juízes da CIJ, mas não foi considerado suficiente para validar qualquer reivindicação de soberania estatal. Após a decisão judicial a favor de Camarões, as elites nigerianas começaram a se reposicionar em relação ao seu governo devido ao comportamento imprevisível de Obasanjo em 2004. Para pressionar o governo nigeriano a efetuar a cessão se isso não funcionasse, as elites locais ameaçaram lutar pela independência: "Quando a Nigéria nos abandonar, a autodeterminação será a única opção. O mundo ficará chocado com o resultado", disse Archibong Edem Ironbar, presidente do movimento pan-Efik.

Quando parecia que a cessão seria uma realidade e que o governo nigeriano optou pela política de deslocalização para o seu continente, as elites locais, no entanto, rapidamente se deixaram cooptar por essa política, para beneficiarem oficialmente dos

fundos da operação. Segundo o chefe supremo de Bakassi, Etinyin Edet, o concelho municipal de Bakassi em Abana decidiu aceitar a mudança para o lado camaronês da península. O acordo de transferência e as novas perspectivas para a exploração de gás natural e petróleo despertaram inquietação entre os chefes locais Oroko do departamento de Ndian. Os chefes posteriormente decidiram formar o Conselho Nativo de Ndian e redigiram uma carta endereçada à presidência. Na conclusão, a carta menciona que as populações se sentiam maltratadas e pobres, apesar dos recursos abundantes que as cercavam, e exortam o Presidente a olhar mais de perto a marginalização sofrida pelas populações de Ndian. Desde o início da controvérsia sobre a península de Bakassi, os movimentos secessionistas em ambos os países afirmavam que a península de Bakassi não pertencia a Camarões ou Nigéria, mas às nações imaginárias de Biafra ou Camarões do Sul. Após a assinatura do Acordo Greentree, a SCAPO disse pretender tirar Bakassi da Nigéria e transformá-la em uma república independente, incluindo os Camarões do Sul, se o governo federal da Nigéria cedesse a península à Camarões. Por um lado, uma alta proporção de cidadãos de Bakassi se sentiu traída pelo estado nigeriano. Por outro lado, o movimento anglófono sempre se revoltou contra a dominação socioeconômica dos nigerianos nas áreas fronteiriças do sul de Camarões.

Enquanto os moradores disseram que se recusariam a deixar sua terra natal, estudantes e jovens em Yenagoa, uma cidade no estado de Bayelsa, realizaram uma reunião em que formaram o Movimento de Autodeterminação de Bakassi (BAMOSD). Eles então declararam sua intenção de obter um estado independente de Bakassi. Simultaneamente, em Calabar, esses estudantes realizaram marchas de protesto, proclamando o desejo de continuar a luta pela autodeterminação, que alegavam estar sendo abandonada por seus líderes, tachados de “covardes”. Na cidade de Archibong, localizada ao norte de Bakassi, o

presidente do comitê de ação do BAMOSD levantou a bandeira simbolizando a independência de Bakassi, vermelha e azul com 10 estrelas representando os 10 clãs que vivem na península. Em um e-mail assinado pela organização para o jornal Vanguard eles argumentavam que “o movimento BAMOSD irá então alinhar todas as suas atividades na Península de Bakassi na Guerra de Libertação do Delta do Níger, sob a liderança conjunta do Movimento para a Emancipação do Delta do Níger”, Em vez de se unir aos movimentos secessionistas de língua inglesa ou biafrense que ainda eram pacíficos na época. O BAMOSD indicou neste e-mail que havia se ligado às forças do MEND, um grupo que reivindicou a responsabilidade por vários sequestros de reféns algum tempo antes no Delta do Níger. Esse movimento dará origem a vários movimentos independentes que se armarão com o “Bakassi Freedom Fighter”. Eles continuarão anos depois suas ações pela da tomada de reféns e até confrontos no mar com as forças de defesa camaronesas e nigerianas.

Observa-se, portanto, aqui uma convergência entre o envolvimento dos recursos naturais e os fatos históricos no desenvolvimento dos movimentos secessionistas na região.

4.4 IMPACTO DA CRISE ECONÓMICA

A crise económica que nos iniciou 1980 tinha um impacto mais alto em Camarões duque à Nigéria.

A divisão administrativa da Nigéria organizada em um estado federado permite que o estado local obtenha lucros significativos em contratos de petróleo e, assim, efetue grandes investimentos localmente, enquanto, em Camarões, os benefícios serão atribuídos ao Governo Central que se encarregará da redistribuição da riqueza sob a forma de investimento público e do pagamento dos seus funcionários. Os sistemas políticos que os caracterizam vêm, como mostrado, da colonização inglesa com “governo indireto” na

Nigéria e da administração colonial direta da França em Camarões. Esses sistemas foram impostos pelos antigos colonizadores para aumentar a riqueza de seus países.

Posteriormente, obrigaram os colonizados a tratados baseados nas primeiras explorações de seus negócios e exigiram uma agricultura orientada para suas necessidades. A imposição desse tipo de administração e desses tratados, alguns dos quais ainda hoje válidos, exigiram a participação de uma classe dominante comprometida com a causa do colonizador. Essa cooperação incluiria uma liberdade de ação para os líderes com todos os excessos que possam resultar. Excesso coberto a partir do momento em que a metrópole se satisfizesse com os benefícios dos relatórios. No entanto, as diversidades tribais forçaram um contentamento dos líderes ou das elites tribais para conter possíveis levantes. Na Nigéria, chegou-se ao ponto de criar governos locais para satisfazer esses líderes locais. Todos esses atos só poderiam levar a um recrudescimento da corrupção, que o petróleo não poderia parar, e sim, acelerar.

As políticas agrícolas impostas como a do cacau e do café fizeram com que a queda dos preços levasse a uma crise econômica em seus estados que levou à desvalorização da moeda camaronesa. O "governo direto" britânico resultou em um aumento no número de governos locais para reduzir o conflito interno, mas causou instabilidade política levando a uma série de golpes e de crises tribais. As companhias petrolíferas, portanto, apenas refletem aqui uma continuidade do espírito colonialista que desta vez se manifesta no estabelecimento de contratos desfavoráveis aos Estados e permitindo-lhes maiores margens. Margens ainda maiores naquela época devido à falta de pessoal local competente nas áreas de hidrocarbonetos, porque ainda não havia sido treinado ou estava em processo de treinamento. Isso se deveu, obviamente, à existência recente desses Estados.

4.5 O AUTORITARISMO DOS LÍDERES

Após um período rígido antes da colonização, com a independência, um novo desafio parecia se impor aos líderes africanos recém-instalados. De fato, a resolução de problemas internos acentuados pela preponderância dos interesses tribais levou os líderes a serem mais motivados a seguir políticas de governança mais coercitivas. Tratava-se de reunir à sua causa as autoridades religiosas e tradicionais e as elites locais para subjugar as resistências mais facilmente. Essa atitude frustrou as minorias que desenvolveram gradualmente grupos de rebeliões. As tribos majoritárias, no que lhe concerne, buscavam por todos os meios manter-se no poder. Isso ajudou a provocar sucessivos golpes e a ascensão ao poder de governos militares no caso da Nigéria. Assim, de 1960 a 2000, a Nigéria conheceu doze líderes, seis dos quais tomaram o poder por golpe de estado.

De fato, em 1.º de outubro de 1960, a Nigéria tornou-se independente. Separouse da coroa britânica e tornou-se uma República Federal em 1963. Em 1966, ocorreu o primeiro golpe que levou à derrubada do presidente Nnamdi Azikiwe, um ibo⁸⁹ por Aguiyi Ironsi da mesma etnia. Ele próprio foi morto em julho durante uma reação do norte que levou Yakubu Gowon ao poder. Então, em 1967, após os massacres no Norte, o país Igbo se separou. Até 1970, a guerra em Biafra custou mais de um milhão de vidas e permaneceu como um dos maiores traumas do país.

De 1975 a 1985, golpes pontuaram a vida política nigeriana: em 1975, Yakubu Gowon, em visita ao exterior, foi derrubado por Murtala Mohammed, assassinado em 1976. Seu sucessor Olusegun Obasanjo cedeu voluntariamente o poder a um civil, Shehu Shagari,

89 Grupo étnico do sudeste

em 1979. Este último foi deposto em 1983 pelo general Muhammadu Buhari⁹⁰. Posteriormente, as eleições presidenciais de 1985 foram canceladas e o general Ibrahim Babangida assumiu o poder. Renunciou sob pressão da rua em 1993, após suspender a eleição presidencial, onde o adversário Moshood Abiola se declarou vencedor. Seu sucessor Ernest Shonekan será derrubado menos de três meses depois. De 1993 a 1998, o general Sani Abacha assume o poder absoluto. Finalmente Em 1999, a Nigéria conduziu sua transição democrática. Olusegun Obasanjo é eleito e liderar o país até 2007. Foi um longo período de calma.

Em Camarões foi um pouco diferente. De fato, o presidente Ahmadou Ahidjo, o primeiro de Camarões, embora com imensurável apoio do poder colonizador e apesar de seu desejo de grandeza e de sua visão nacionalista, estabeleceu um regime rígido. Um regime sob o qual qualquer resistência e qualquer rebelião ou suspeita eram severamente punidas com a pena de morte. Enquanto isso, o presidente Paul Biya estabeleceu uma política mais liberal e democrática, estabelecendo eleições livres, permitindo o desenvolvimento de partidos políticos. No entanto, essa flexibilidade e a crise econômica facilitaram o desenvolvimento da corrupção.

Tudo isso demonstra que os processos autoritários nem sempre são, como pensa Michael Ross, prerrogativa da riqueza da matéria-prima, ou mesmo do petróleo. Esses exemplos demonstram perfeitamente que esse conflito, não se observa uma conexão com o autoritarismo dos regimes, mas sim com a história e os interesses dos atores políticos.

90 Presidente atualmente em exercício, agora civil e eleito desde 2015 e reconduzido em 2019

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Em suma, a análise do conflito do Bakassi, a partir do conceito da “Maldição do Petróleo”, segundo Michael Ross e Phillipe Le Billon, leva a considerar três elementos conclusivos.

Em primeiro lugar, a partir da análise das causas do conflito do Bakassi, constata-se que a luta pela exploração de petróleo foi sua principal causa direta. Porém, os problemas das crises econômicas sofridas por Camarões e as pressões das comunidades locais, na região do Estado de Cross River, que reivindicavam uma ação do governo federal nigeriano, não foram fatores insignificantes, e assim, igualmente determinantes.

Em segundo lugar, observou-se em parte, no caso do conflito, a aplicabilidade do conceito da “Maldição do Petróleo” desenvolvido ao longo do trabalho. A presença de petróleo é um dos principais fatores que levaram ao desenvolvimento de movimentos secessionistas como o movimento BAMOSD. Além disso, O petróleo também desenvolveu fortemente o autoritarismo estatal, especialmente na Nigéria. O petróleo foi finalmente um forte fator de corrupção em que o Estado e os movimentos separatistas se entrelaçaram.

Por fim, ao observar o vínculo histórico entre Camarões e Nigéria, e suas antigas potências coloniais, a França e o Reino Unido, constata-se que a atual divisão política decorre da colonização. Além disso, esses países estabeleceram sistemas de acordos e tratados com as ex-colônias que lhes permitiram ter as primeiras explorações de recursos simultaneamente, impondo-lhes culturas agrícolas de baixa produtividade, como cacau e café. Soma-se a isso um apoio inflexível dos governos locais às posições políticas internacionais dos países colonizadores.

Tudo isso demonstra a importância de Camarões e Nigéria diversificarem sua

cooperação e seus recursos. Os recursos agrícolas são os mais propícios para sustentar sua economia, pois são mais fáceis de desenvolver. O Brasil, por sua proximidade e sua experiência avançada no campo, pode ser um importante parceiro para Camarões. As atuais condições de crise mundial demonstram a importância do desenvolvimento de parcerias no campo da pesquisa e experimentação de sementes e fertilizantes. Isso permitirá uma maior independência e soberania agrícola desses dois estados.

REFERÊNCIAS

- Why Nations Fight: The Causes of the Nigeria–Cameroon Bakassi Peninsula Conflict
<https://www.tandfonline.com/doi/full/10.1080/19392206.2016.1132904>
- P. Konings et F.B. Nyamnjoh, "The Anglophone problem in Cameroon", *The Journal of Modern African Studies*. vol. 35, n'2, 1997, p.27-301
- R. Comwell, "Nigeria and Cameroon : diplomacy in the Delta". *African, Security Review*, vol. 15, no4, 2006, p. 48-55.
- A. Olayiwola-Owolabi, " Nigeria and Cameroon: boundary disputes and the problem of border security" *African Notes*, vol. 15, n'112, 1991, p. 42
- Nigeria/Cameroon : bundering into battle , *Africa Confidential*, 35, 8, 1994, p. 6.)
- New York Tmes,7 mai 1996, p.5.
- Chouala (Y.A), « La crise diplomatique de mars 2004 entre le Cameroun et la Guinée Equatoriale : fondements, enjeux et perspectives », in *Polis/ RCSP Vol 12 n° spécial 2004-2005*, p.4
- Vanguard, 9 juillet 2006, www.mthwakazian.com/article.asp?aid=141&iid=31&sud=10
- Paul Collier, *The Economic Causes Of Civil Conflict and their Implications for Policy*, Washington DC: The World Bank 2000
- Michael Ross, 'Does Oil Hinder Democracy?', *World Politics*, Vol.53 (2001), pp.325 et 61
- Karl, T.L. 1997. *The Paradox of Plenty: Oil Booms and Petro-States*. University of California Press. Berkeley and Los Angeles, CA
- Humphreys, M., Sachs, J.D. and Stiglitz, J.E. (eds) 2007. *Escaping the Resource Curse*. Columbia University Press. New York.
- Ross, M. 2012. *The Oil Curse: How Petroleum Wealth Shapes the Development of Nations*. Princeton University Press. Princeton, NJ.
- Leite, C.A. and Weidmann, J. 1999. 'Does mother nature corrupt? Natural resources, corruption, and economic growth'. *Natural Resources, Corruption, and Economic Growth* (June 1999). IMF Working Paper (99/85) : p3
- Busse, M. and Gröning, S. 2013. 'The resource curse revisited: governance and natural resources'. *Public Choice*, 154(1–2), 1–20
- Zhan, J.V. 2015. 'Do natural resources breed corruption? Evidence from

China'. *Environmental and Resource Economics*, p 1–23. :1

Bhattacharyya, S. et Hodler, R. 2010. 'Natural resources democracy and corruption'. *European Economic Review*, p54(4), p608–621

Gani et Clemes Gani, M.D. 2015. 'Natural resource exports and corruption'. *International Advances in Economic Research*, p21(2), p239–240

Professeur Kjell Aleklett (*Peaking at Peak Oil*, Springer Verlag, 2012, p. 208

Pétrole le Déclin est Proche Matthieu Auzanneaux avec Hortense Chauvin, Seuil p. 62

Joseph Barthélemy, « François de Vitoria » dans *Les fondateurs du droit international*, Paris, Panthéon Assas, 2014, 39 à la p 49

Pierre MOUANDJO B. LEWIS *Crise et croissance en Afrique, Tome I, L'économie politique de l'Afrique au XXle siècle*, p.57, p49 Le Harmattan, 2002, Paris, France

J. Sachs et A. Warner, *Natural Resource Abundance and Economic Growth*, NBER Working Paper 5398, Cambridge, MA: National Bureau of Economic Research, 1995

C. Leite and J. Weidmann, *Does Mother Nature Corrupt?*, IMF Working Paper (Washington DC: IMF 1999) p.29

M. Tukur, *British Colonisation of Northern Nigeria, 1897-1914: A Reinterpretation of Colonial Sources*, Dakar, Amalion Publishing, 2016, p. 64.

H. Smith, *Blue Collar Lawman*, Bradford-on-Avon, self-published, 1987).

. V. Hiribarren, *A History of Borno: Trans-saharan African Empire to Failing Nigerian State*, Londres, Hurst, 2016, p. 320

« Petrol-bunkering scandal rattles Nigeria » in *Mail & Guardian London*; Walker, A. (2008)

« 'Blood oil' dripping from Nigeria » *BBC News London* 27 juillet 08)

Amanze-Nwachuku, C (2008) « Oil Contracts- FG Sacks 'Brief Case' Companies » *This Day Lagos* 25 avril 08 ; Bello, O (2008)

« Political patronage dashes bid to reduce diesel price » *Business Day Lagos* 5 octobre 08

; SaharaReporters (2008) « Crude Oil Lifting Contracts As Yar'adua's Cash Cow » <http://www.saharareporters.com>

www.U4.no Septembre 2009 - No. 23 Traduction d'U4 Brief 2009

Resource Curse? Governmentality, Oil and Power in the Niger Delta, Nigeria, The Geopolitics

of Resource Wars, Resource Dependence, Governance and Violence Edited by PHILIPPE LE BILLON, Publisher, FRANK CASS, CANADA ET USA p.61, p70

<https://www.justice.gov/criminal-fraud/file/1292051/download>

B. Anderson, Nationalism, Identity and the World-in-Motion', in P. Cheah and B. Robbins (eds), *Cosmopolitics* (Minneapolis, MN: University of Minnesota Press, 1998

L. Berlant, *The Anatomy of National Fantasy* (Chicago, IL: University of Chicago Press 1991) p.61

E. Anugwom, « Federalism, Fiscal Centralism and the Realities of Democratization in Nigeria », document présenté à la Conférence sur l'Afrique à la croisée des chemins, UNESCO, 2001,

<https://francearchives.fr/findingaid/25c7cfd2b075181adcef73725ba6cfe2a4dfbffa>

ANEXO A

Figura 1: As Nove Principais Regiões Econômicas da África Subsaariana

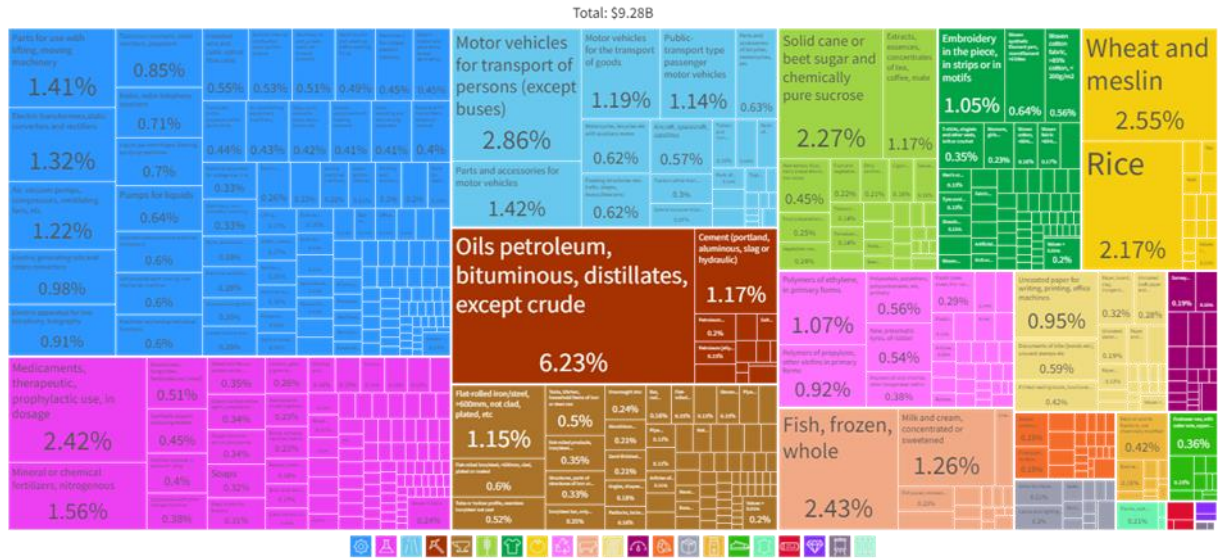


1. África Sudano-Saheliana (CILSS), Comitê Internacional de Combate à Seca no Sahel.
2. África Ocidental húmida e sub-húmida.
3. Nigéria.
4. África Central (CEMAC), Comissão Econômica e Monetária da África Central.
5. CEPGL, Comunidade Econômica dos Países dos Grandes Lagos.
6. África Sub-húmida e Semi-Árida Austral (SADC), Comunidade de Desenvolvimento da África Austral.
7. Oceano Índico (COI), Comissão do Oceano Índico.
8. África Oriental-Leste do Sahel.
9. África do Sul.

Fonte: les organisations économiques sous-regionales dans le developpement de la reglementation pharmaceutique: cas de l'afrique de l'ouest these soutenue par Paule Mireille Boka, 28 set. 2018, univ. Strasbourg, P13

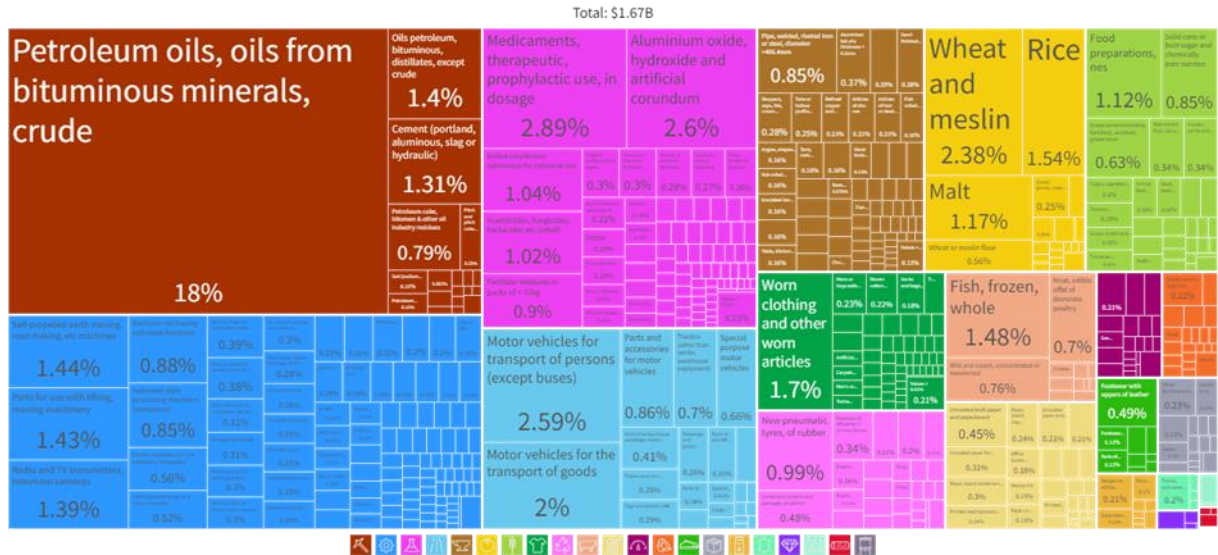
ANEXO B

Figura 2: Importações da Nigéria em 2000



Fonte : <https://oec.world/en>

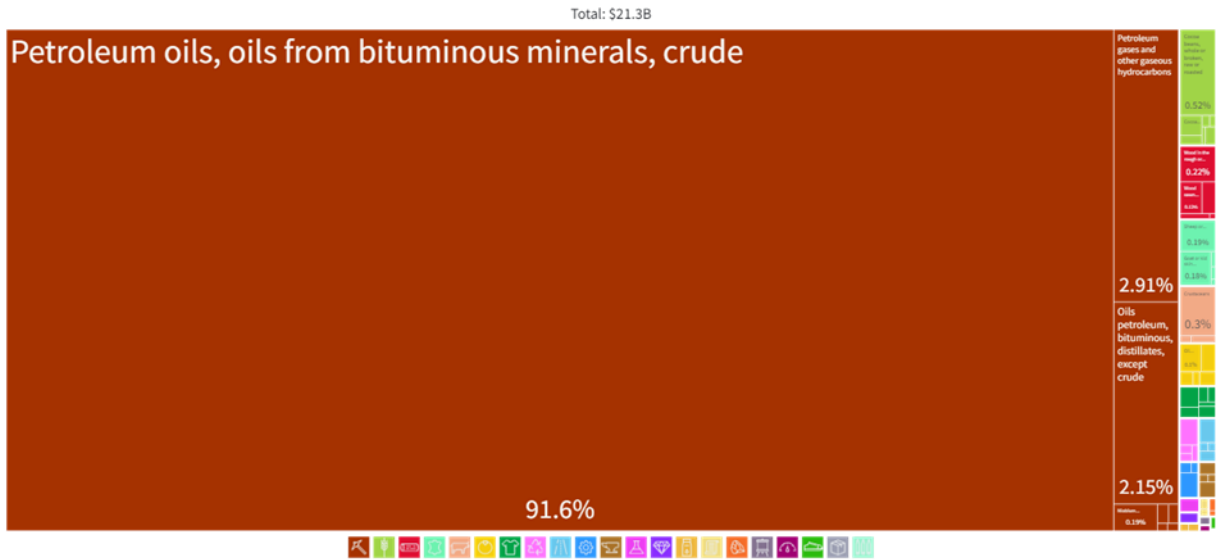
Figura 3: Importações de Camarões em 2000



Fonte : <https://oec.world/en>

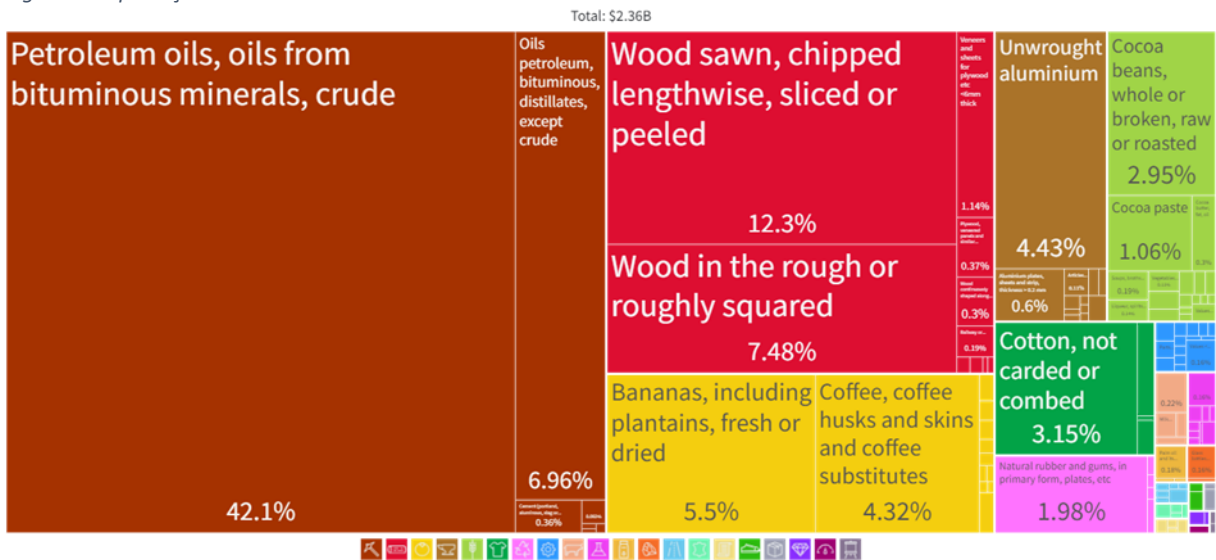
ANEXO C

Figura 4: Exportações da Nigéria em 2000



Fonte : <https://oec.world/en>

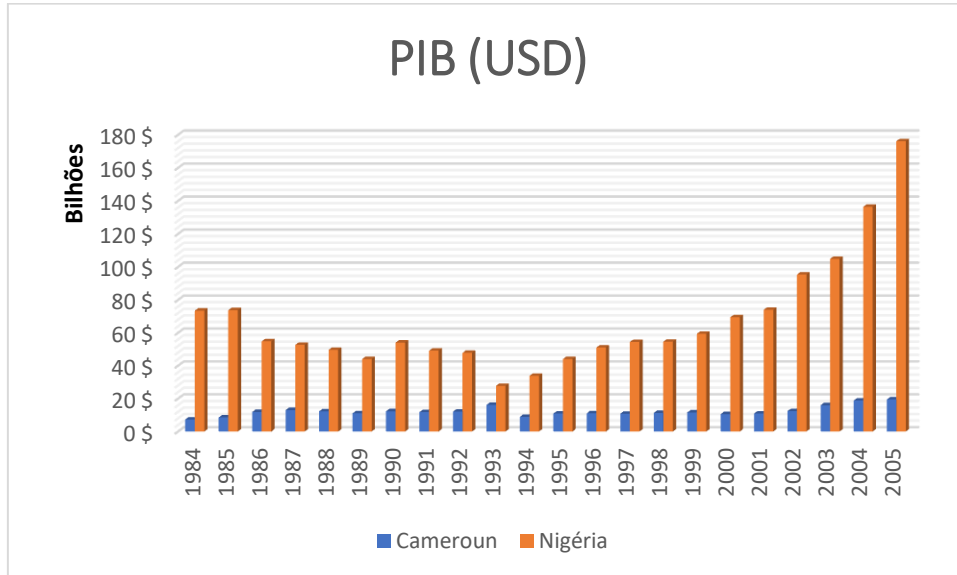
Figura 5: Exportações de Camarões em 2000



Fonte : <https://oec.world/en>

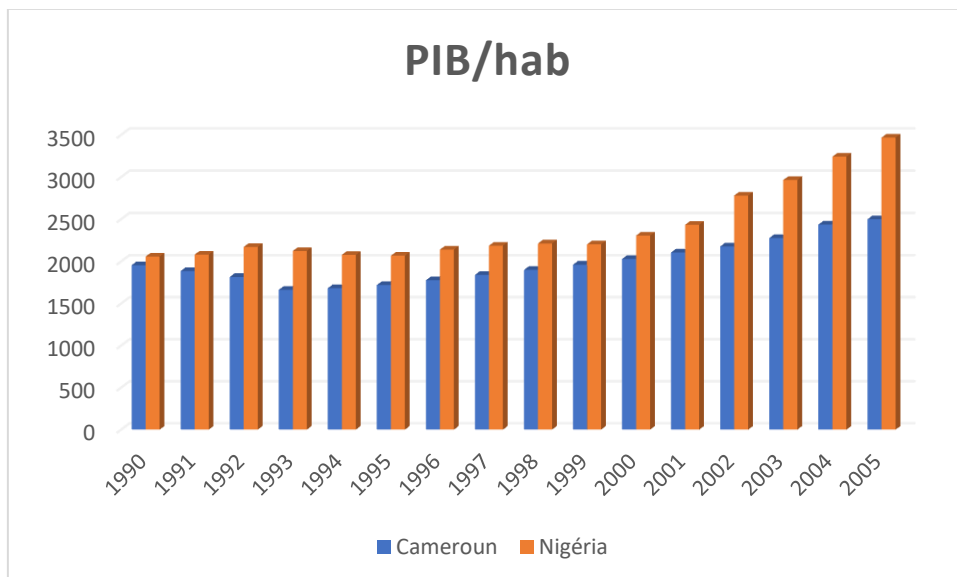
ANEXO D

Figura 6: Comparação do PIB entre Camarões e Nigéria



Fonte: <https://donnees.banquemondiale.org/>

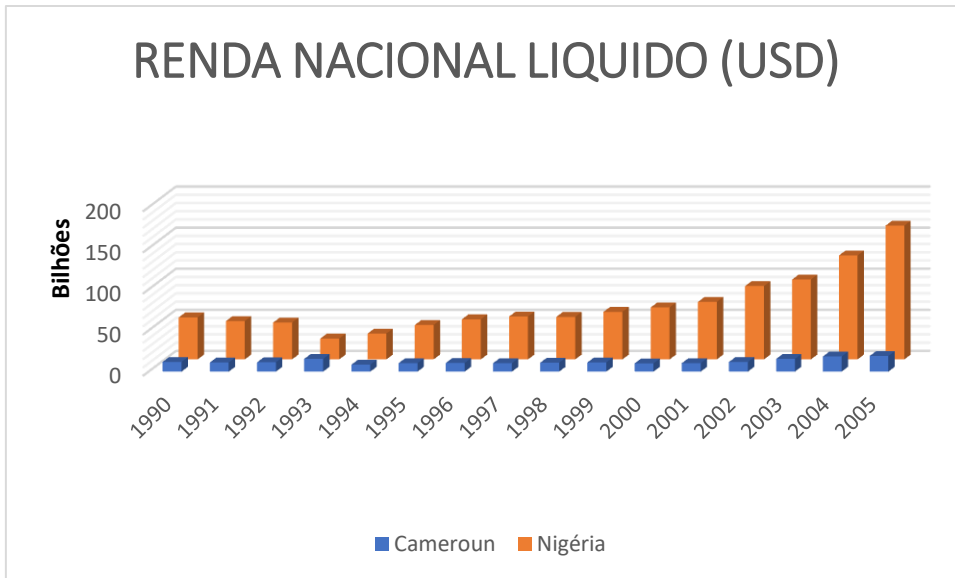
Figura 7: Comparação do PIB/Habitante entre Camarões e Nigéria



Fonte: <https://donnees.banquemondiale.org/>

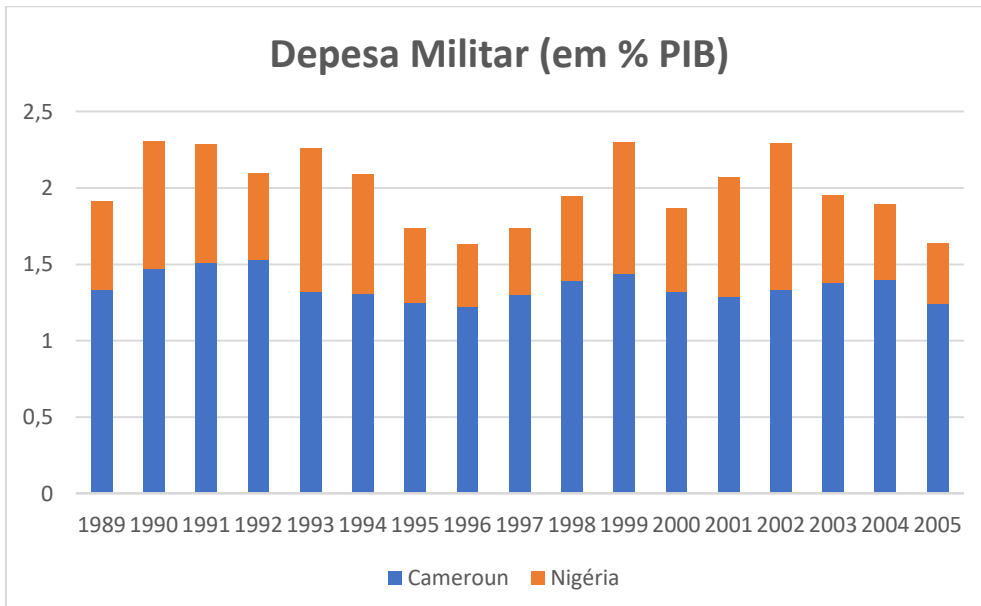
ANEXO E

Figura 8: Renda Nacional líquida entre Camarões e Nigéria



Fonte: <https://donnees.banquemondiale.org/>

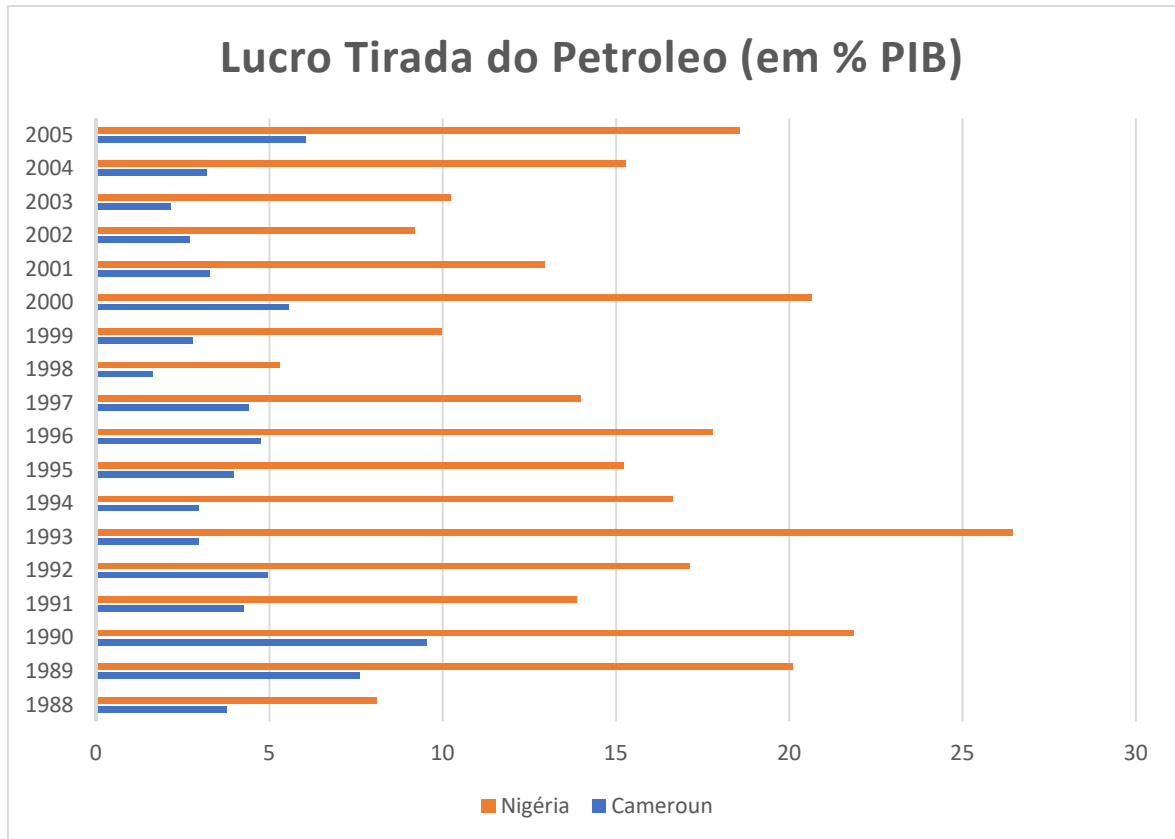
Figura 9: Comparação da Despesa Militar entre Camarões e Nigéria



Fonte: <https://donnees.banquemondiale.org/>

ANEXO F

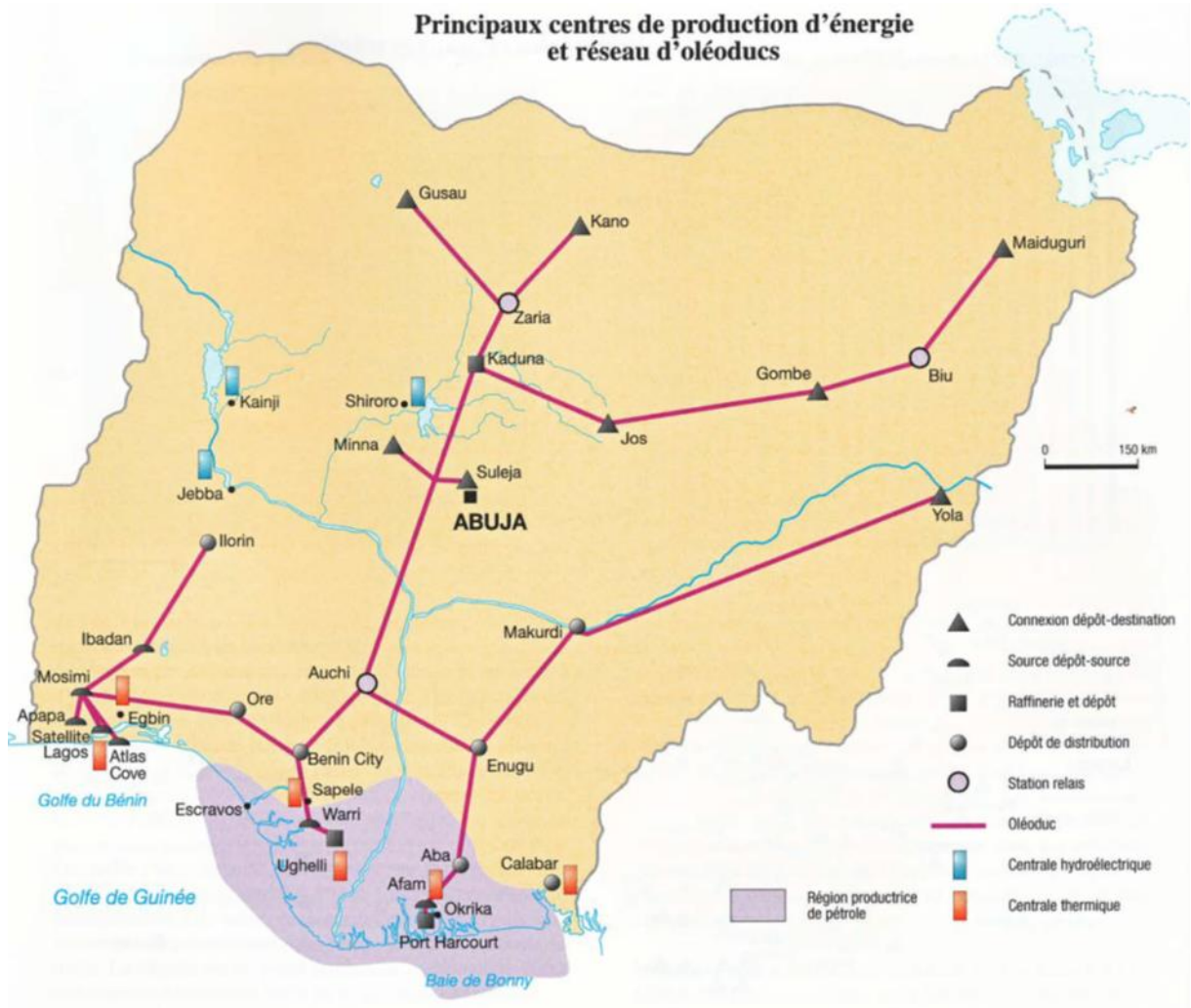
Figura 10: Comparação do lucro do Petróleo entre Camarões e Nigéria



Fonte <https://donnees.banquemondiale.org/>

ANEXO G

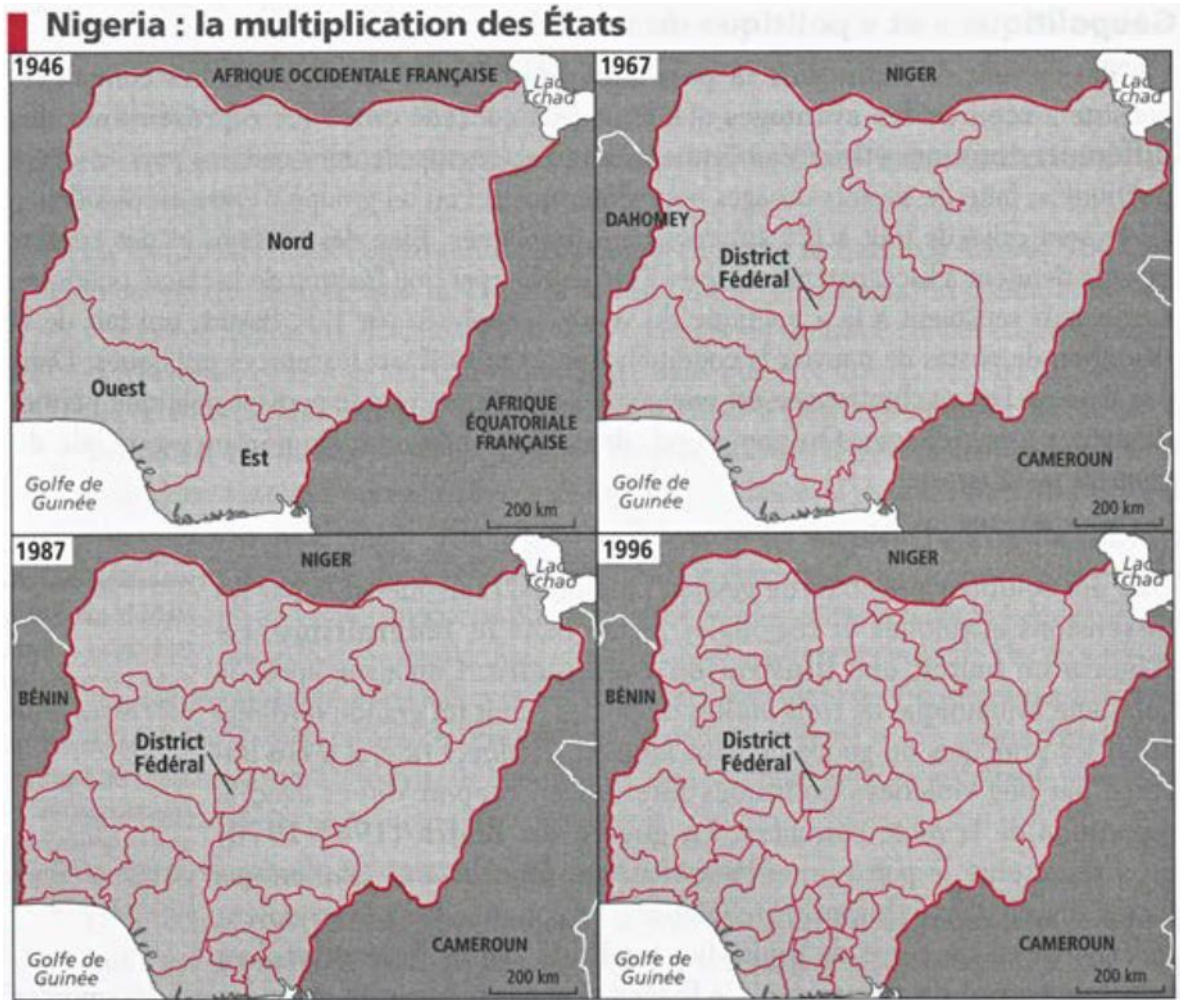
Figura 11: Principaux centres de production de énergie e rede de dutos



Fonte : Atlas du Nigeria, Paris, 2003, Éditions Jeune Afrique, p. 101

ANEXO H

Figura 12: Multiplicação dos Estados desde 1946 até 1996 no Nigéria



Fonte : Alain Dubresson, Jean-Yves Marchal, Jean-Pierre Raison, Les Afriques au sud du Sahara, Géographie universelle, Paris 1994, Belin p. 96

ANEXO I

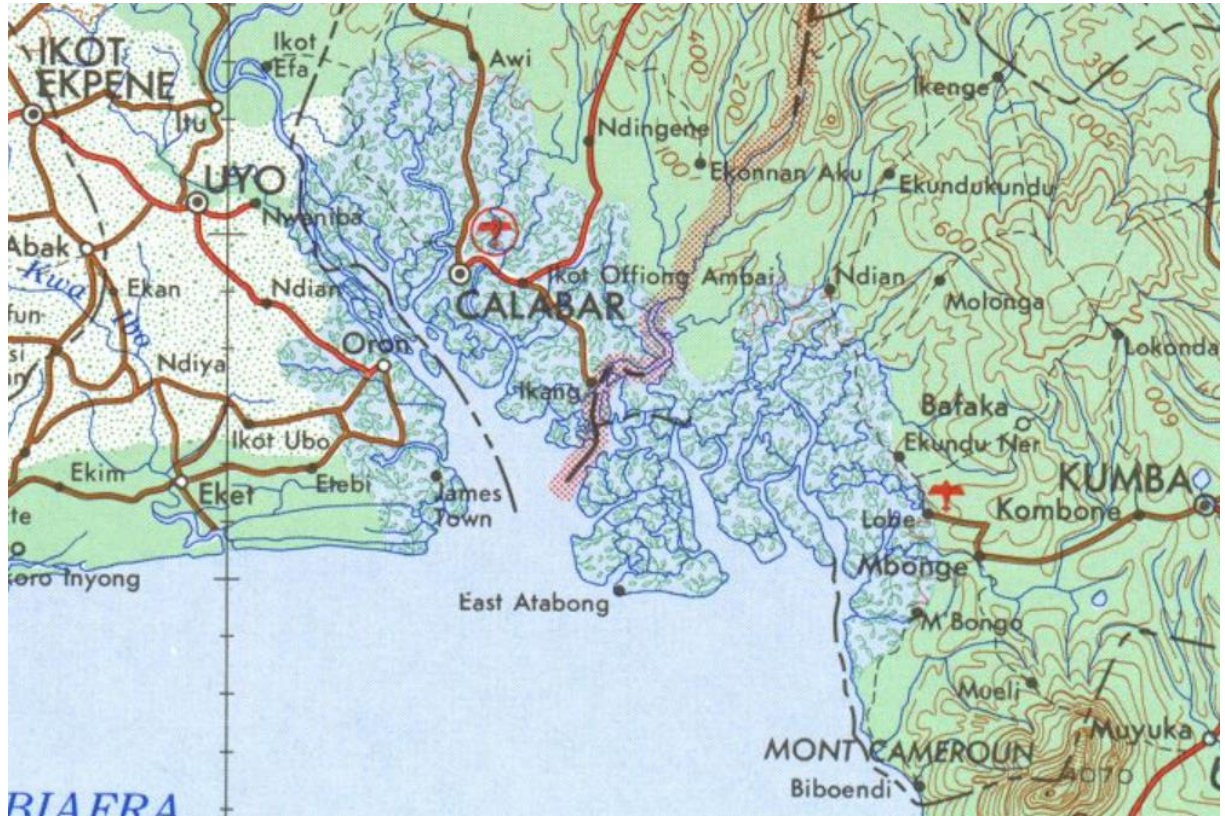
Figura 13: Mapa político da Nigéria de 2011



Fonte : Atlas de l'Afrique, Paris, 2011, Éditions du Jaguar, p. 187

ANEXO K

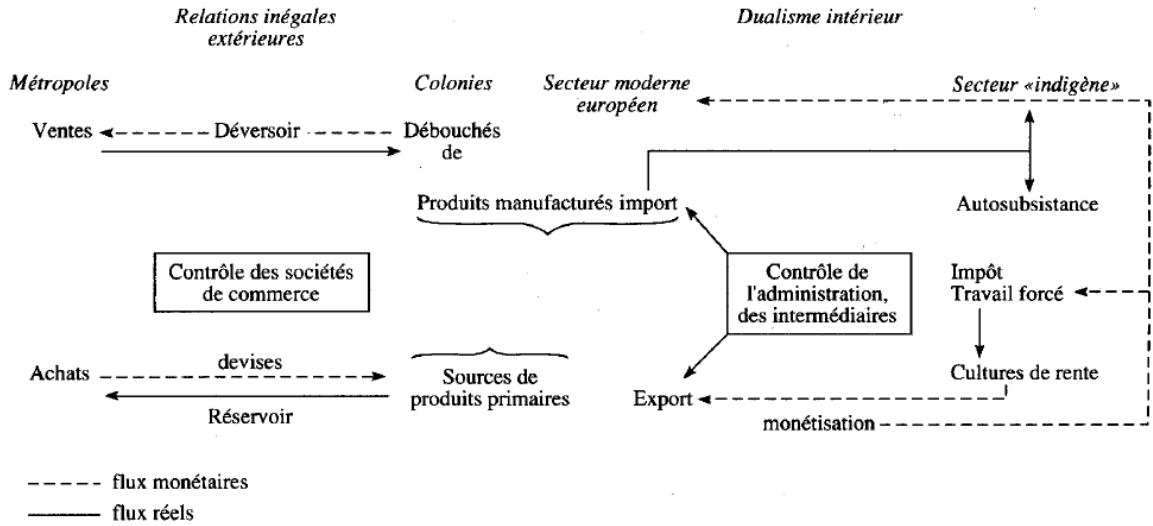
Figura 15: Extrato da zona de Bakassi do mapa do "US Army"



Fonte: extract from <https://maps.lib.utexas.edu/maps/ams/africa/> Edition 5-AMS, prepared by the Army Map Service (LU), Corps of Engineers, U.S. Army, Washington, D.C Compiled in 1963

ANEXO L

Figura 16: Esquema de Economia de Ordenha



ANEXO M

Tabela 1: Movimentos Secessionistas/Nacionalistas e Principais Recursos na década de 1990

Movement	Country	Major resources
BRA	Bougainville (Papua New Guinea)	Copper
FLEC	Cabinda enclave (Angola)	Oil
FLNKS	New Caledonia (France)	Nickel
FRETILIN	East Timor (Indonesia)	Oil
GAM	Aceh (Indonesia)	Gas
OPM	West Papua (Indonesia)	Copper, gold, gas
PDK, PUK	Kirkuk region (Iraq)	Oil
POLISARIO	Western Sahara (Morocco)	Phosphates
SPLA	South Sudan (Sudan)	Oil
Uygur (various)	Xinjiang (P.R. China)	Oil and gas

Fonte: Philippe Le Billon, Geopolitical Economy of Resource, Wars Resource Dependence, Governance and Violence, Published 2005 by Frank Cass, USA and Canada

ANEXO N

Tabela 2: Países produtores de óleo e gás, 2009 (Michael Ross)

Countries	Oil income per capita (2009 dollars)
Middle East and North Africa	
*Qatar	24,940
*Kuwait	19,500
*United Arab Emirates	14,100
*Oman	7,950
*Saudi Arabia	7,800
*Libya	6,420
*Bahrain	3,720
*Algeria	1,930
*Iraq	1,780
Tunisia	250
Egypt	260
Yemen	270
*Syria	450
Iran	1,600
Latin America and Caribbean	
*Trinidad	6,250
*Venezuela	2,130
*Ecuador	820
Suriname	680
*Mexico	610
*Argentina	530
Colombia	430
Bolivia	270
Brazil	240
Cuba	110
Sub-Saharan Africa	
Equatorial Guinea	12,310
*Gabon	3,890
*Angola	2,400
*Congo Republic	1,940
*Nigeria	370
Sudan	260
Chad	230
Cameroon	100

Esses números mostram o valor estimado de petróleo e gás produzido per capita em 2009 em dólares.

ANEXO O

Tabela 3: Países produtores de óleo e gás, 2009 (Michael Ross)

Countries	Oil income per capita (2009 dollars)
North America, Europe, Australia, and New Zealand	
*Norway	13,810
*Canada	2,530
Denmark	1,270
*Australia	790
*United States	730
*Netherlands	670
New Zealand	430
*Romania	170
*United Kingdom	150
Croatia	140
Ukraine	110
Southeast Asia	
*Brunei	11,590
East Timor	1,910
*Malaysia	860
Indonesia	140
Thailand	150
Papua New Guinea	120
Former Soviet Union	
*Turkmenistan	1,810
*Russia	2,080
*Kazakhstan	2,370
*Azerbaijan	2,950
*Uzbekistan	340
*Ukraine	110

Esses números mostram o valor estimado de petróleo e gás produzido per capita em 2009 em dólares.

*Definido como um “produtor de petróleo de longo prazo”. Isso indica que um país produziu pelo menos cem dólares per capita em renda de petróleo e gás (usando 2.000 dólares constantes) por pelo menos dois terços do tempo desde 1960, ou tornou-se independente após 1960, por dois terços do seus anos soberanos.

Fonte: Os cálculos são baseados no BP 2010; US Geological Survey n.d; Banco Mundial